

The background of the cover is a photograph of a traditional indigenous structure. It features a thatched roof made of dried palm fronds, a wooden wall with bold black and yellow geometric patterns, and a large red feather. The bottom left corner shows a patch of reddish-brown earth.

RELATÓRIO DE ESTUDO SOCIOANTROPOLÓGICO

Turismo nas comunidades
Indígenas criadas nas Reservas de
Desenvolvimento Sustentável do
Tupé e da Puranga Conquista -AM.

RELATÓRIO DE ESTUDO SOCIOANTROPOLÓGICO

Turismo nas comunidades Indígenas criadas nas
Reservas de Desenvolvimento Sustentável do
Tupé e da Puranga Conquista -AM.

Jocilene Gomes da Cruz (Coordenadora)

Katiuscia da Silva Auzier

Luana Cristina dos Santos

Manaus - Am, 11 de Setembro de 2019

Realização:



Instituição financiadora:

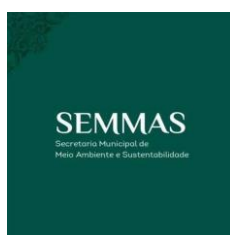


Apoio:

Secretaria do
Meio Ambiente



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



Organização e Coordenação:

Jocilene Gomes da Cruz

Pesquisa e elaboração do documento:

Jocilene Gomes da Cruz, Katiuscia da Silva Auzier e Luana Cristina Dias dos Santos.

Participação trabalho de campo:

Jocilene Gomes da Cruz, Katiuscia da Silva Auzier, Luana Cristina Dias dos Santos, Icles Nascimento da Costa, Daniela Gloria Canto.

Sugestão para citação:

CRUZ, J. G; AUZIER, K. S.; SANTOS, L. C. Turismo nas comunidades indígenas criadas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e da Puranga Conquista - AM. Relatório final de estudo socioantropológico. Manaus, 2019.

Catálogo

Bibliotecária responsável: Sášhala Maciel CRB11/673 AM

R382 Relatório final de estudo socioantropológico: turismo nas comunidades indígenas criadas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e da Puranga Conquista-AM / Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica. - - Manaus: [s.n.], 2019. 94p.; il.; 30 cm + versão on-line (<http://neicam.uea.edu.br>).

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica). Escola Superior de Artes e Turismo. Universidade do Estado do Amazonas, 2019. Inclui referências bibliográficas.

1. Reserva de desenvolvimento sustentável - RDS 2. Comunidade Cipiá 3. Comunidade Tatuyo 4. Núcleo Diakuru 5. Aldeia Tuyuka I. Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica II. Cruz, Jocilene Gomes da III. Novo, Cristiane Barroncas Maciel Costa IV. Título.

CDU1997 - 316:572(811)(047)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e Puranga conquista com a identificação das Comunidades Indígenas.	10
Figura 2 - Registro da equipe do GT.	17
Figura 3 - Oca de apresentações culturais comunidade Cipiá.	24
Figura 4 A e B - Plantações nos “quintais” dos moradores da comunidade.	29
Figura 5: Criação de aves do F.	29
Figura 6 A e B - Comércio ambulante no Rio Negro.	30
Figura 7 - “Casas rústicas”.	31
Figura 8 - Artesanato.....	32
Figura 9 A e B: degustação para os turistas e produção do beiju.	33
Figura 10 A e B: Oca de apresentações culturais comunidade Tatuyo.	36
Figura 11 - Crianças chegando da escola em lancha-voadeira particular.....	37
Figura 12 - Embarcação escolar.	38
Figura 13 A, B, C e D - Roçado comunidade Tatuyo.	40
Figura 14 - Campo de futebol comunidade Tatuyo.	41
Figura 15 - Artesanato.....	42
Figura 16 - Site de divulgação da comunidade Tatuyo.	44
Figura 17 - Site de divulgação da comunidade Tatuyo.	44
Figura 18 - Site de divulgação da comunidade Tatuyo.	45
Figura 19 - “Batismo indígena”.	46
Figura 20 - Oca de apresentações culturais Núcleo do Diakuru.	47
Figura 21 A e B - Estrutura do núcleo do Diakuru.	48
Figura 22 A e B - artesanato	51
Figura 23 - Oca de apresentações culturais Tuyuka	52
Figura 24 - As águas chegando na oca.....	54
Figura 25 - Escada de acesso a parte superior da comunidade.	54
Figura 26 - Início da construção da oca na parte superior do terreno.	55
Figura 27 - Nova configuração da aldeia na parte superior do terreno.	55
Figura 28 A e B - Arco e flecha confeccionados na aldeia.	58
Figura 29 - Confeção de colar com sementes coletadas no entorno da aldeia.	58
Figura 30 - Oca de apresentação na praia/aldeia Tuyuka.....	60

Figura 31 - Indígenas Tuyuka aguardando a chegada dos turistas/visitantes.....	60
Figura 32 - Escada de acesso a parte superior da aldeia.	63
Figura 33 - Descarte de lixo.	64
Figura 34 - Banheiro comunidade Cipiá.	64
Figura 35 - A e B - Área de desembarque de turistas.	65
Figura 36 - Aldeia Tuyuka na cheia do Rio Negro.....	65
Figura 37 - Comunidade tatuyo na cheia do rio negro.	66
Figura 38 - Comunidade Cipiá na cheia do Rio Negro.	66
Figura 39 A e B - Poço que os Tatuyo retiram a água para beber.	67
Figura 40 - Poço utilizado pelo núcleo do Diakuru.	67
Figura 41 A e B - Apresentação para os turistas.....	75
Figura 42 - Participantes da primeira oficina 31.10.2017	80
Figura 43 - Participantes da segunda oficina dia 29.11.2017.....	81
Figura 44 A e B - Audiência Pública acerca do ordenamento turístico das comunidades indígenas do baixo Rio Negro.	84
Figura 45 - Líderes das comunidades indígenas.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma de atividades de 2017 a 2019.	15
Quadro 2 - Áreas culturais no Alto Rio Negro.	21
Quadro 3 - Etnias presentes nas comunidades.....	22
Quadro 4 - Famílias da comunidade Cipiá (RDS Puranga Conquista).....	25
Quadro 5 - Famílias da comunidade Tatuyo.	36
Quadro 6: Famílias núcleo do Diakuru.	48
Quadro 7 - Famílias da aldeia Tuyuka.	56

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. ESTUDO SOCIOANTROPOLÓGICO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS CRIADAS NAS RDS DO TUPÉ E DA PURANGA CONQUISTA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	15
2. CARACTERIZAÇÃO DOS “NÚCLEOS INDÍGENAS”	20
2.1 COMUNIDADE CIPIÁ (RDS PURANGA CONQUISTA).....	23
2.2 COMUNIDADE TATUYO (RDS PURANGA CONQUISTA).....	34
2.3 NÚCLEO DO DIAKURU (RDS DO TUPÉ)	46
2.4 ALDEIA TUYUKA (RDS DO TUPÉ)	52
3. OS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NOS “NÚCLEOS INDÍGENAS” E SUAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS	62
3.1 PROBLEMAS RELACIONADOS À INFRAESTRUTURA.....	62
3.2 PROBLEMAS RELACIONADOS AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	68
3.3 ORDENAMENTO DO TURISMO E SUA RELAÇÃO COM OS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NOS “NÚCLEOS INDÍGENAS”.....	74
4. CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO INSTITUCIONAL PARA O ORDENAMENTO TURÍSTICO DOS NÚCLEOS INDÍGENAS DO BAIXO RIO NEGRO (GT INDÍGENAS TUPÉ/PURANGA/PS).....	78
4.1 OFICINAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ACORDO DE VISITAÇÃO: caminhos para o ordenamento do turismo nos “núcleos indígenas”	79
4.2 PERCURSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE VISITAÇÃO.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS.....	91
ANEXOS	93

APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

Neste relatório constam os dados obtidos por meio do estudo socioantropológico, realizado pela equipe do Grupo de Pesquisa Neicam (Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica)¹ em quatro comunidades indígenas, formadas a partir de cisões ocorridas entre os membros de um grupo familiar Desana, residente na comunidade São João do Tupé. Em cada uma das cisões foram estruturando novas territorialidades e formas próprias de se autodesignar, assim constituíram-se como: comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo (localizadas na RDS Puranga Conquista), núcleo Diakuru e aldeia Tuyuka (localizadas na RDS do Tupé).

Esses processos de territorialização e construção de novas territorialidades se deram em momentos distintos, entretanto, as motivações para a saída da comunidade São João do Tupé e a organização em outras localidades são semelhantes. Em linhas gerais, se relacionam as tensões em torno da divisão do trabalho e da renda advinda do turismo, que é a atividade econômica central nessas comunidades.

Os gestores das RDSs supracitadas usam o termo genérico “núcleo” para designar essas territorialidades construídas pelos indígenas, por entenderem que são parte constituinte das comunidades já existentes nessas RDSs. De acordo com os gestores, o núcleo do Diakuru e a aldeia Tuyuka estariam vinculados à comunidade São João do Tupé (RDS do Tupé), já às comunidades Cipiá e Tatuyo, à comunidade Tatulândia (RDS Puranga Conquista), conforme pode ser constatado no Acordo de Visitação em anexo a este relatório.

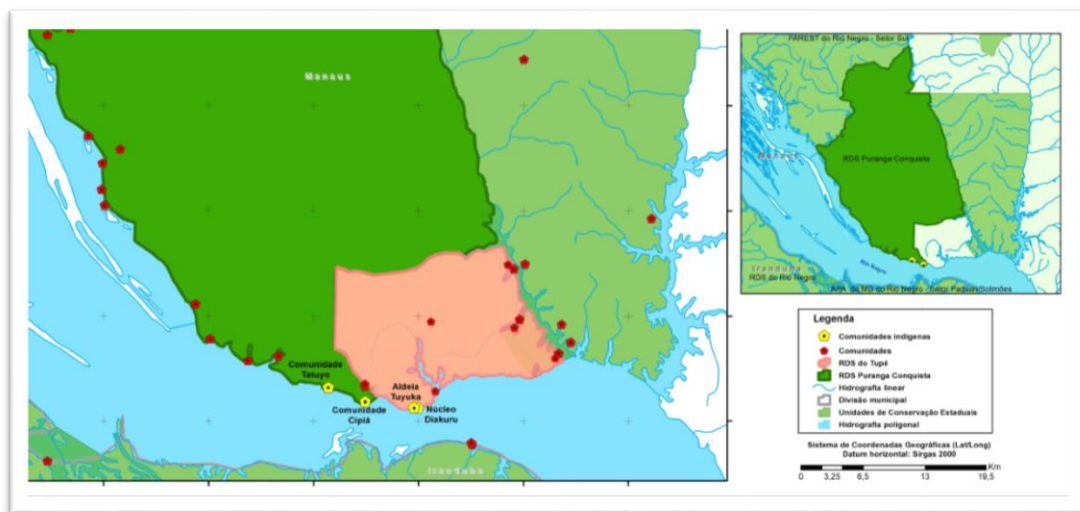
Para fins de apresentação e discussão dos dados levantados no estudo socioantropológico utilizaremos o termo comunidade e/ou a designação específica de cada uma (núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e Tatuyo), evitaremos a designação núcleo, pois entendemos que ela não representa a forma como cada um dos grupos indígenas, nos seus respectivos processos de territorialização, se estruturou e se autodesignou mediante a sua relação com o lugar e com suas percepções sobre si, sobre suas culturas e identidades.

Reconhecemos a necessidade de melhor aprofundamento teórico sobre as noções de **núcleo, aldeia e comunidade**, mas não cabe nos propósitos deste

¹ Trata-se de um Grupo de Pesquisa criado em 2010 por um grupo de pesquisadores com formação na área das Ciências Humanas, no âmbito da Universidade do Estado do Amazonas, credenciado ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

relatório desenvolvermos tais conceitos, o faremos *a posteriori* por meio da publicação de um artigo científico. Por hora, enfatizamos que optamos por apresentar os dados nos referindo a essas territorialidades indígenas da forma como elas se auto identificam e, de modo, a ilustrar a localização destas apresentamos o mapa (figura 01) elaborado pela equipe do Neicam.

Figura 1 – Mapa das Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e Puranga conquista com a identificação das Comunidades Indígenas.



Fonte: CRUZ, E.G, 2018.

Conforme pode ser verificado na figura 1, as comunidades indígenas estão identificadas na cor amarela, sendo o núcleo do Diakuru e a aldeia Tuyuka extremamente próximos, poucos metros as separam. Vale esclarecer que esse mapa não é oficial, portanto, não é utilizado nos documentos das Instituições responsáveis pela gestão das RDSs, conforme já citamos, ele foi elaborado com o objetivo de ilustrar a localização das comunidades nas RDSs, situando o leitor acerca da localização geográfica delas.

Quanto aos objetivos do estudo socioantropológico, buscamos apreender as dinâmicas das atividades turísticas realizadas pelo núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e pelas comunidades Cipiá e Tatuyo, considerando a cultura e as relações com o lugar (os territórios habitados), com os sujeitos sociais envolvidos (indígenas e não indígenas), e com os impactos positivos e negativos dessas atividades. Para tanto, utilizamos como instrumentos metodológicos formulários, entrevistas semiestruturadas, entrevistas não estruturadas, observação direta, notas em diário de campo e registros fotográficos.

As primeiras idas a campo tiveram como propósito caracterizar as comunidades, de modo a obter um quadro geral sobre elas, reunindo dados sobre os seus aspectos sociais, culturais e econômicos. Para a coleta dos dados utilizamos um formulário contendo perguntas sobre a composição familiar, saúde, escolaridade, documentação, habitação, renda social, dentre outros. Esse formulário foi aplicado aos líderes indígenas e para cada um dos representantes das famílias.

Paralelamente a aplicação do formulário fizemos entrevistas semiestruturadas e não estruturadas (diálogos informais) com os moradores das comunidades, bem como realizamos a observação direta durante as apresentações culturais para os turistas. Tais procedimentos metodológicos ajudaram a aprofundar as análises sobre algumas questões coletadas por meio do formulário, e, principalmente, para obter informações mais detalhadas sobre as dinâmicas das comunidades relacionadas as suas práticas cotidianas e suas relações com as atividades turísticas.

Em junho de 2018 divulgamos um relatório com os resultados parciais desta pesquisa, e, no dia 08 de junho de 2018, durante uma reunião na Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/DEMUC), apresentamos e discutimos os dados obtidos. Nessa reunião estavam presentes os representantes das Instituições que compõem o Grupo de Trabalho Institucional para o Ordenamento Turístico dos Núcleos Indígenas do Baixo Rio Negro (GT Indígenas Tupé/Puranga/PS²), do qual fazem parte o Ministério Público Federal, as secretarias Municipal e Estadual de Meio Ambiente (SEMMAS e SEMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Estadual do Índio (FEI), Empresa Estadual de Turismo (Amazonastur), Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult) e a Universidade do Estado do Amazonas por meio do Neicam.

No segundo semestre de 2018 demos continuidade ao levantamento seguindo o mesmo desenho metodológico qualitativo, mantendo os objetivos propostos, mas focando no aprofundamento das informações sobre as atividades turísticas desenvolvidas nas comunidades, assunto que os líderes indígenas evitam falar, principalmente em relação a divisão do trabalho e da renda advindos das apresentações culturais. O retorno ao campo para a continuidade do trabalho ocorreu no dia 26 de julho de 2018. Naquele momento, o assunto encontrado em todas as

² A área de atuação do grupo abrange as comunidades indígenas/núcleos criadas na RDS do Tupé, RDS Puranga Conquista e na PS – Paduari Solimões (Área de Proteção Ambiental Margem Direita do Rio Negro).

comunidades foi a criação de uma comunidade indígena no Janauari, cuja motivação para a sua criação também teria sido o turismo.

De acordo com os relatos dos líderes indígenas, a comunidade do Janauari foi formada por famílias indígenas que migraram do núcleo do Diakuru, da aldeia Tuyuka e das comunidades Cipiá e Tatuyo. Algumas famílias teriam vindo do município de São Gabriel da Cachoeira a convite dos parentes para trabalharem na nova comunidade. Conforme o líder do núcleo do Diakuru, em fevereiro de 2018, o senhor A. de P. e sua família deixaram o referido núcleo, teriam sido “recrutados” pelo Sr. J., o “dono dos indígenas do Janauari”, que teria chamado “os indígenas para serem os índios do Janauari”.

Nos reportamos a essas informações sobre a criação da comunidade indígena no Lago Janauari por considerarmos de suma importância, em virtude de suas conexões com a realidade encontrada no núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e nas comunidades Cipiá e Tatuyo, e, de sua incorporação ao fenômeno turístico indígena³ em curso e em ascensão. Tal realidade evidencia a necessidade de estudos que possam apreender as dinâmicas e os impactos desse fenômeno.

No que tange a organização dos dados, o relatório foi assim estruturado:

► Contextualização do estudo socioantropológico: parte inicial do relatório destinado a apresentar uma breve exposição do trabalho de campo, bem como as atividades que a equipe do Neicam participou, incluindo as reuniões em Manaus, especificamente as realizadas pelo Grupo de Trabalho Institucional para o Ordenamento Turístico dos Núcleos Indígenas do Baixo Rio Negro (GT Indígenas Tupé/Puranga/PS), até o campo propriamente dito, as idas às comunidades.

► Caracterização sociocultural e os processos de territorialização do núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e das comunidades Cipiá e Tatuyo. Nesta seção são expostas as informações referentes à criação de cada uma das comunidades, descritas a partir das narrativas das lideranças indígenas e dos demais membros das comunidades.

³Neste relatório faremos apenas algumas ponderações sobre o “fenômeno turístico indígena”, o aprofundamento (contextualização e análise) será apresentado em uma outra publicação que está sendo organizada pelo NEICAM.

► Problemas identificados nos “Núcleos Indígenas” e a relação deles com a falta de Políticas Públicas. Nessa seção fazemos um apanhado geral dos problemas recorrentes às quatro comunidades, problematizando suas causas e apresentando algumas sugestões e encaminhamentos;

► Ações do Grupo de Trabalho Institucional para o Ordenamento Turístico dos Núcleos Indígenas do Baixo Rio Negro (GT Indígenas Tupé/Puranga/PS). Seção destinada a apresentação das oficinas durante as quais foi delineado o Acordo de Visitação - o percurso até a sua aprovação, a Audiência Pública para tratar sobre o ordenamento do turismo nos “Núcleos Indígenas” e as ações de continuidade das atividades visando o ordenamento.

1 ESTUDO SOCIOANTROPOLÓGICO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS CRIADAS NAS RDS DO TUPÉ E DA PURANGA CONQUISTA



1. ESTUDO SOCIOANTROPOLÓGICO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS CRIADAS NAS RDS DO TUPÉ E DA PURANGA CONQUISTA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Destinamos esta seção ao registro dos procedimentos metodológicos usados durante o trabalho de campo para a coleta de dados e à explanação, ainda que simplificada, dos aspectos teóricos com os quais operamos. De modo a contextualizarmos os elementos que compuseram o “pré-campo” e o campo propriamente dito, apresentamos no quadro 01 uma cronologia da inserção da equipe do Grupo de Pesquisa Neicam nas discussões sobre os “núcleos indígenas”, e das atividades de campo realizadas até o dia 25 de junho de 2019.

Quadro 1 - Cronograma de atividades de 2017 a 2019.

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES - REUNIÕES E TRABALHO DE CAMPO			
ATIVIDADES EM 2017			
DATA	LOCAL	ATIVIDADE	PARTICIPANTES
25/01/2017	Comunidades/aldeia/núcleo	Visita da equipe do GT Indígena as comunidades	SEMMAS, SEMA, FOPEC, FUNAI, UEA/NEICAM, MPF, PGE, FEI, FUNAI
07/02/2017	SEMA/DEMUC	Reunião - primeira participação do Neicam em uma reunião do GT Indígena	SEMMAS, SEMA, FOPEC, FUNAI, UEA/NEICAM, MPF, FEI
21/03/2017	Oficina de trabalho RDS do Tupé	Reunião com os líderes dos “núcleos indígenas” – RDS do Tupé e RDS Puranga Conquista	CDEMUC/SEMA, FOPEC, FUNAI, FEI, SEMMAS, UEA/NEICAM
04/10/2017	SEMA /DEMUC	Apresentação da proposta para a realização do Estudo Socioantropológico	DEMUC/SEMA, SEMMAS), FUNAI, UEA/NEICAM
31/10/2017	UEA/ESAT	Oficina para a construção do Acordo de Visitação – Primeira parte	SEMAS, SEMA, FEI, AMAZONASTUR, UEA/NEICAM
29/11/2017	UEA/ESAT	Oficina para a construção do Acordo de Visitação – Segunda parte	SEMAS, SEMA, UEA/NEICAM
01 e 02/12/2017	Comunidades/aldeia/núcleo	Início do trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
ATIVIDADES EM 2018			
DATA	LOCAL	ATIVIDADE	PARTICIPANTES
02 e 03/02/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
01/03/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM

12/04/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
26, 27 e 28/04/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM/MPF e equipe de Arqueologia
10/06/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
26/07/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
21/08/2018	Comunidade Indígena do Janauari	Visita para obtenção de informações preliminares	SEMMAS, UEA/NEICAM
02/10/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
20/12/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
ATIVIDADES EM 2019			
DATA	LOCAL	ATIVIDADE	PARTICIPANTES
12/01/2019	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
31/01/2019	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
20/03/2019	Comunidade Colônia Central	Reunião do Conselho Gestor do Tupé / aprovação do Acordo de Visitação	Conselheiros da RDS do Tupé Equipe NEICAM
10/05/2019	Comunidade Nova Esperança	Reunião do Conselho Gestor da RDS Puranga Conquista/ aprovação do Acordo de Visitação	Conselheiros da RDS Puranga Conquista Equipe NEICAM
15/05/2019	Sede administrativa da RDS do Tupé	AUDIÊNCIA PÚBLICA	
12/06/2019	SEMA	Reunião com as lideranças indígenas para discutir os preços das apresentações culturais	SEMA, equipe NEICAM e lideranças dos “núcleos”
18/06/2019	Amazonastur	Reunião conduzida pela SEMA - “Normas e procedimentos para emissão de autorização de entrada nas atrações turísticas (RDS Puranga Conquista RDS Rio Negro, APA Puduari-Solimões e RDS Tupé)	SEMMA, SEMA, FEI, Funai, Amazonastur, UEA/NEICAM agências, guias e outros
25/06/2019	Comunidades Tatuyo e Cipiá	Trabalho de campo -	UEA/NEICAM

Fonte: NEICAM, 2019.

Dentre as atividades que compõem o “pré-campo”, destacamos a participação em algumas reuniões e atividades, fundamentais para a compreensão das dinâmicas encontradas nas comunidades. A visita ocorrida no 25/01/2017 nas quatro comunidades, junto com os representantes das Instituições do GT Indígenas Tupé/Puranga/PS, foi essencial nesse processo e fez parte do “pré-campo”. A figura 02 ilustra a presença da equipe na comunidade indígena Cipiá (RDS Puranga Conquista).

Figura 2 - Registro da equipe do GT.



Fonte: FEI, 2018.

Outro momento de “pré-campo” foi a participação na reunião do GT Indígenas Tupé/Puranga/PS no dia 07/02/2017 na SEMA/DEMUC, com os representantes das Instituições SEMMAS, SEMA, FOPEC, FUNAI, UEA/NEICAM, MPF e FEI. Durante essa reunião foram esclarecidos os propósitos do referido GT, o porquê da sua criação e o planejamento das atividades. Foi durante essa reunião que apresentamos a proposta de realizamos um estudo socioantropológico.

A propositura de um estudo socioantropológico foi bem vista pelos participantes do GT e no dia 21/03/2017, durante uma reunião na sede administrativa da SEMMAS, na RDS do Tupé, também apresentamos a proposta para as lideranças indígenas do núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e comunidades Cipiá e Tatuyo. Nessa reunião estavam presentes representantes das seguintes Instituições: SEMA/DEMUC, FOPEC, FUNAI, FEI, SEMMAS e UEA/NEICAM. Consideramos que esse momento foi simbólico para o início do ordenamento do turismo nas comunidades indígenas das RDS do Tupé e da Puranga Conquista.

Na reunião do dia 21/03/2017 tivemos a oportunidade de conversar com as comunidades e apresentar os objetivos do estudo, a metodologia utilizada e a sua importância no contexto do ordenamento do turismo. Também foi durante essa reunião que obtivemos o termo de anuência das comunidades, necessário para oficializar a pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Duas datas do cronograma de atividades (figura 01) são emblemáticas para nós. Nos referimos aos dias 31/10/2017 e 29/11/2017, pois foram nesses dias que

aconteceu na Escola Superior de Artes e Turismo, da Universidade do Estado do Amazonas, as oficinas participativas, cujo objetivo foi a elaboração do Acordo de Visitação nas comunidades indígenas, que será detalhado ao longo deste relatório. Além das lideranças indígenas estavam presentes os representantes das instituições que compõem o GT Indígenas Tupé/Puranga/PS, responsáveis pelo planejamento e realização das oficinas.

O início do trabalho de campo, ou seja, a primeira viagem da equipe do Neicam para as comunidades, aconteceu nos dias 01 e 02 de dezembro de 2017 com a aplicação de um formulário socioeconômico. A demora em iniciarmos o trabalho se deu à falta de recursos para realizar as atividades que nos propusemos, pois embora essas comunidades estejam relativamente perto da cidade de Manaus, há um custo com combustível e demais despesas, que só foram viabilizadas a partir dessa data pela colaboração entre as instituições, particularmente da SEMMAS, que disponibilizou o transporte e o piloto ao longo de todo o trabalho.

A equipe do Neicam seguiu um cronograma de visitas, organizado em dias específicos, respeitando a disponibilidade dos indígenas, de modo a não comprometer a responsabilidade de cada indivíduo na realização das suas atividades cotidianas, tanto domésticas quanto àquelas voltadas ao turismo. As idas ao campo foram precedidas de estudos, cujos campos analíticos teórico-metodológicos pautaram-se nas Epistemologias do Sul (BOAVENTURA) e na Teoria da Complexidade (MORIN), “lentes” necessárias em todas as fases da coleta e análise dos dados.

Nos encontros *in loco* primamos por uma postura simétrica, deixando as lideranças indígenas à vontade para exporem suas percepções acerca de diferentes assuntos ligados à vida cotidiana e ao turismo, sem imposição e/ou pressão para que respondessem sobre os assuntos indesejados ou tidos como polêmicos. Os dados obtidos durante o trabalho de campo estão organizados nos subtítulos apresentados ao longo deste relatório, que parte da caracterização das comunidades, à medida que evidenciamos os processos de criação delas.

2 CARACTERIZAÇÃO DOS “NÚCLEOS INDÍGENAS”



2. CARACTERIZAÇÃO DOS “NÚCLEOS INDÍGENAS”

Antes de apresentarmos as particularidades de cada um dos grupos indígenas que se fixaram nas RDSs do Tupé e da Puranga Conquista, constituindo-se como núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e comunidade Cipiá e Tatuyo, destacamos algumas informações sobre o lugar de onde vieram (o Alto Rio Negro) e as dinâmicas culturais das etnias as quais pertencem.

Ao longo de décadas, comunidades indígenas foram estabelecidas, não somente na RDS do Tupé e da Puranga Conquista, mas em toda a região do Baixo Rio Negro, incluindo a cidade de Manaus, a partir de um movimento de migração iniciado na década de 1960. De acordo com Gomes (2006), essa década foi emblemática, pois representantes dos povos indígenas da região do Alto Rio Negro e de outras regiões passaram a migrar para a capital amazonense com mais intensidade, motivados por diversos fatores, dentre os quais cita as invasões nos territórios indígenas cometidas por garimpeiros, madeireiros, empresários da pesca e outros, resultando em inúmeros danos ambientais, sociais e culturais. Também aparece como um fator preponderante nesse processo de vinda para a cidade a busca por “melhoria de vida”, sendo a Zona Franca de Manaus, à época, vista como o meio para alcançar as melhorias sociais desejadas.

Nas entrevistas narrativas coletadas entre os líderes do núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e das comunidades Cipiá e Tatuyo é possível encontrarmos similitudes com as informações apresentadas por Gomes (2006), especificamente quando as lideranças indígenas citam a experiência no chamado “Garimpo Tukano”, na Serra do Traíra, e os impactos decorrentes dessa prática, como também os danos sofridos com os processos de colonização e conversão religiosa que impuseram valores da cultura ocidental, provocando inúmeras mudanças na vida dos povos indígenas.

As comunidades indígenas, especificamente as criadas nas duas RDS em foco, são majoritariamente compostas por representantes das etnias que vivem na região do Alto Rio Negro. Trata-se de uma região localizada no Noroeste Amazônico, que abrange a tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Venezuela). De acordo com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), nela habitam 27 etnias, sendo 22 no Brasil, pertencentes a três famílias linguísticas: Aruak, Maku e Tukano. Possuem especificidades próprias, mas são integrante de uma área cultural comum onde realizam trocas culturais, formando uma rede articulada em torno do

patrimônio cultural material e imaterial das diferentes etnias (FOIRN/ISA, 2019). Essas áreas culturais possuem as configurações dispostas no quadro 03.

Quadro 2 - Áreas culturais no Alto Rio Negro.

ÁREA CULTURAL	ETNIAS
ETNIAS DO RIO UAUPÉS	<u>Arapaso</u> , <u>Bará</u> , <u>Barasana</u> , <u>Desana</u> , <u>Karapanã</u> , <u>Kubeo</u> , <u>Makuna</u> , <u>Mirity-tapuya</u> , <u>Pira-tapuya</u> , <u>Siriano</u> , <u>Tariana</u> , <u>Tukano</u> , <u>Tuyuca</u> , <u>Kotiria</u> , Tatuyo , Taiwano , Yuruti (as três últimas residem na Colômbia)
ETNIAS DO RIO IÇANA	<u>Baniwa</u> e <u>Coripako</u>
ETNIAS MAKU	<u>Hupda</u> , <u>Yuhupde</u> , <u>Dow</u> , <u>Nadöb</u> , Kakwa , Nukak (as duas últimas habitam só na Colômbia)
ETNIAS DO RIO XIÉ	<u>Baré</u> e <u>Warekena</u>
ETNIAS DO RIO UAUPÉS	<u>Arapaso</u> , <u>Bará</u> , <u>Barasana</u> , <u>Desana</u> , <u>Karapanã</u> , <u>Kubeo</u> , <u>Makuna</u> , <u>Mirity-tapuya</u> , <u>Pira-tapuya</u> , <u>Siriano</u> , <u>Tariana</u> , <u>Tukano</u> , <u>Tuyuka</u> , <u>Kotiria</u> , Tatuyo , Taiwano , Yuruti (as três últimas habitam só na Colômbia)

Fonte: ISA e FOIRN, 2019.

Um levantamento realizado em 2002 pela FOIRN em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) indicou que no Alto e Médio Rio Negro existiam, à época, 732 povoações “desde pequenos sítios habitados por apenas um casal até grandes povoados e sítios espalhados pelos rios da região” (FOIRN/ISA, 2018, p.2), constituindo uma grande diversidade cultural formada por etnias e línguas diferentes, portanto, com patrimônio cultural único.

Ainda, segundo os dados da FOIRN e do ISA, a organização social dos povos indígenas dessa região é bastante complexa, envolvendo trocas matrimônias, cujo grupo de descendência exogâmico coincide com o grupo linguístico, exemplo: o grupo linguístico Tuyuka estabelece alianças com os Tukano, Bará e outros, que possuem o tronco linguístico em comum. Há uma miríade de estudos antropológicos sobre as etnias dessa região nos quais observamos haver, em meio a toda essa diversidade cultural, muitas características comuns entre elas, principalmente no que diz respeito aos mitos, atividades de subsistência, arquitetura tradicional, cultura material, dentre outros.

Entre os Tukano, Baniwa, Tariana e Baré essas similitudes são mais evidentes. Tais etnias são conhecidas como “índios do rio” por constituírem suas moradias próximas às margens dos rios, mas para além dessa característica, possuem outras

peculiaridades socioculturais comuns. Já as etnias do grupo linguístico Maku são designados “índios da floresta”, por seu amplo conhecimento sobre as florestas, por construírem suas casas longe das margens dos rios, e por suas habilidades a elas relacionadas, como o fato de serem “exímios caçadores, em geral fornecem carne aos índios do rio e também lhes prestam serviços em troca de outros alimentos, como mandioca e peixe” (FOIRN/ISA, 2019, p.03).

Na perspectiva dos “índios do rio”, os Maku ocupam uma posição de inferioridade (justificada pelo mito de origem), e são considerados incestuosos, pois se casam com pessoas do mesmo grupo de descendência e não seguem os padrões de residência dos “índios do rio”. Contudo, os Maku não se veem como servos ou escravos, pois entendem que a qualquer momento podem abandonar os serviços que estão prestando aos “índios do rio” e irem para a floresta, lugar que conhecem como nenhuma outra etnia (FOIRN/ISA, 2019).

Os indígenas que vivem no núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e nas comunidades Cipiá e Tatuyo pertencem ao grupo dos “índios do rio”. Em decorrência de suas especificidades culturais, formam comunidades multiétnicas, pois não são compostas exclusivamente por uma etnia, mas por representantes de várias, em virtude dos casamentos exogâmicos. No quadro 04, apresentamos as informações sobre quais etnias estão representadas nas referidas comunidades.

Quadro 3 - Etnias presentes nas comunidades.

IDENTIFICAÇÃO	ETNIAS
COMUNIDADE TATUYO	Wanano, Tatuyo, Desana, Tukano, Karapanã, Tariana, Arapaço, Kubeo
COMUNIDADE CIPÍÁ	Tuyuka, Tucano, Desana, Bará, Piratapuia
ALDEIA TUYUKA	Bará, Tuyuka, Tukano e Tariano
NÚCLEO DIAKURU	Tukano, Desana, Tikuna ⁴ , Baré

Fonte: Organizado por equipe NEICAM, 2019.

Após essa breve contextualização sobre os aspectos culturais e o lugar de onde vieram os moradores do núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e das comunidades Cipiá e Tatuyo, apresentamos informações específicas delas, ou seja, como estão

⁴ Etnia cujo território localiza-se na região do Alto Rio Solimões, na tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru).

estruturadas nos territórios onde vivem hoje – a RDS do Tupé e a RDS Puranga Conquista.

Cabe destacar que muitas das informações constantes nos itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 deste relatório foram coletadas na primeira etapa da pesquisa de campo e apresentadas no relatório parcial. A continuidade do trabalho propiciou ampliar as informações e as análises, mas alguns dados permaneceram pendentes, a exemplo do número exato das pessoas que moram nas respectivas comunidades, pois verificamos a ocorrência de uma espécie de “permuta” entre os moradores. Ao longo das várias idas a campo presenciamos famílias que moravam no núcleo do Diakuru se mudarem para a comunidade Cipiá e vice-versa. De acordo com as lideranças essas mudanças ocorriam (ocorrem) em virtude de desentendimentos e conflitos internos.

Embora as lideranças indígenas não tenham nos falado abertamente sobre os motivos dos desentendimentos e conflitos internos, responsáveis pela saída dos moradores das comunidades, como também pela constante chegada de novas famílias, vindas do município de São Gabriel da Cachoeira, verificamos que estavam(estão) ligadas diretamente com as atividades turísticas nas comunidades.

2.1 COMUNIDADE CIPIÁ (RDS PURANGA CONQUISTA)

A comunidade Cipiá (comunidade Alegre) foi estruturada entre 2013 e 2014⁵, período em que o senhor D. S. Desana saiu com sua família da comunidade São João do Tupé, localizada na RDS do Tupé, onde trabalhavam com o turismo. Podemos dizer que foi a partir dessa data que ocorreram sucessivas cisões entre as famílias indígenas da referida comunidade, iniciando o processo de criação de novas territorialidades em torno do turismo.

De acordo com o relato do senhor D., decidiram mudar e construir outra comunidade, em virtude da concorrência por turistas entre as ocas indígenas no São João do Tupé⁶, e pela dificuldade de acesso à antiga oca no período da seca do rio

⁵ A data referente à saída da comunidade São João do Tupé apresentada certa variação temporal, mas a data em que foi criada a comunidade Cipiá não, em todos os relatos é confirmado o ano de 2014 como o ano de criação.

⁶ Antes de criar uma nova comunidade o sr. D. já havia rompido com o irmão, o pajé R., moravam na mesma comunidade (São João do Tupé), mas em ocas diferentes, nas quais recebiam os turistas, sendo concorrentes na atividade.

Negro, pois o longo percurso e o barranco na área de terra firme limitavam a visita de um grupo importante – o dos turistas da terceira idade, que chegam anualmente em Manaus nos transatlânticos vindos de outros países.

Embora estes sejam os motivos alegados pela liderança indígena para que saíssem à procura de outro local para construir uma comunidade, ele também destaca a relação conflituosa com a família do irmão, oriunda, principalmente, do turismo, ou melhor, da concorrência e disputa pelos clientes/turistas, segundo seu relato “duas ocas de apresentação num mesmo lugar com o tempo ficou complicado, a disputa por turista e as brigas [...] não estava mais dando, por isso resolvi sair”.

Antes de criarem a comunidade Cipiá, passaram uma temporada no Tatulândia, na comunidade do Tatu, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista, depois adquiriram um terreno e criaram na referida RDS a sua própria comunidade, denominada de Cipiá. Isso teria acontecido em 2014, desde então se estruturam socialmente e culturalmente enquanto grupo étnico, bem como em torno do turismo, replicando a experiência vivenciada na comunidade São João do Tupé, a qual foram aprimorando ao longo dos anos. A figura 3 apresenta a oca da comunidade Cipiá, vista logo que se chega ao porto.

Figura 3 - Oca de apresentações culturais comunidade Cipiá.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

A composição da comunidade Cipiá se caracteriza por agrupamentos familiares próximos (pai – D., filho – F., cunhada – C.), mas também por pessoas que foram chamadas para trabalhar na comunidade, algumas delas vieram da comunidade São

João do Tupé, outras do município de São Gabriel da Cachoeira. Em termos gerais, são indígenas das etnias Desana, Tuyuka e Tukano que migraram da região do Alto Rio Negro motivados por melhorias sociais - escolarização, atendimento médico, trabalho, dentre outros, no início da década de 1990.

No quadro 05 estão concentradas as informações sobre os moradores da comunidade, que possui 06 famílias, totalizando 26 pessoas entre adultos e crianças. Durante as entrevistas, o líder disse que moravam na comunidade 38 pessoas, mas ao aplicarmos os formulários chegamos ao número ora citado. Vale novamente assinalar que há uma constante mobilidade, especificamente em relação às famílias que são convidadas/contratadas para morar/trabalhar na comunidade⁷.

Quadro 4 - Famílias da comunidade Cipiá (RDS Puranga Conquista).

IDENTIFICAÇÃO	MEMBROS	PARENTESCO	IDADE	ETNIA
FAMÍLIA 1: D. S. V. V., 59 anos Etnia: Desana	T. P.	Esposa	61 anos	Tuyuka
FAMÍLIA 2: D. F. F. P. V., 34 anos Etnia: Desana	V. M. da S. V.	Esposa	33 anos	Tucano
	I. da S. V.	Filha	11 anos	Desana
	L. F. da S. V.	Filha	8 anos	Desana
	A. da S. V.	Filho	3 anos	Desana
	C. da S.	Sogra	55 anos	Desana
FAMÍLIA 3: G. P. T., 67 anos Etnia: Tuyuka	M. A. B.	Esposa	40 anos	Tukano
	A. B. T.	Filha	19 anos	Tuyuka
	A. B. T.	Filho	16 anos	Tuyuka
	G. B. T.	Filha	13 anos	Tuyuka
	G. F. B. T.	Filho	11 anos	Tuyuka
FAMÍLIA 4: H. B. M., 46 anos Etnia: Tuyuka	O. L. V. B.	Esposa	44 anos	Bará
	W. B. V.	Filho	21 anos	Tuyuka
	L. C. B.	Filha	18 anos	Tuyuka
	J. B. M.	Filho	14 anos	Tuyuka
	R. B.	Filho	11 anos	Tuyuka
	S. D. B.	Filha	8 anos	Tuyuka
FAMÍLIA 5: J. M. S., 20 anos Etnia: não indígena	P. S. da S.	Esposa	18 anos	Desana
	K. da S. S.	Filho	1 ano	Não indígena
FAMÍLIA 6: A. B. T., 22 anos Etnia: Tuyuka	M. L. B.	Esposa	28 anos	Piratapuia

Fonte: Organizado por equipe NEICAM, 2018.

De acordo com o líder, além dessas famílias relacionadas no quadro 5, também residi na comunidade o senhor D. P. M. de 52 anos, etnia Tukano, que no final de

⁷Essa é uma prática observada em todas as comunidades, constantemente convidam os parentes do município de São Gabriel da Cachoeira para trabalharem nas apresentações culturais para os turistas.

2018 veio juntamente com sua esposa e os quatro filhos, do município de São Gabriel da Cachoeira para trabalhar na comunidade, infelizmente não tivemos a oportunidade de conversar com ele. Já destacamos que o número de pessoas pode variar, pois sempre tem algum “convidado” para participar das atividades, mas de um modo geral, preferem que os “convidados e/ou prestadores de serviços para o turismo” residam na comunidade, ou seja, que faça parte dela.

► Educação escolar

O acesso à educação escolar é um dos principais problemas da comunidade, isto porque não só enfrentam as dificuldades de um modelo de ensino que não consegue compreender a diversidade cultural (seja ela indígena ou advinda dos modos de vida rural/ribeirinha e sua relação com o sistema ambiental), mas, sobretudo, em virtude das questões estruturais e de mobilidade, a exemplo do transporte dos alunos até as escolas.

A título de exemplo podemos citar os relatos do senhor D. e de seu filho F., bem como dos pais com os quais conversamos. Segundo eles, são recorrentes os problemas com a embarcação disponibilizada pela prefeitura municipal de Manaus para transportar as crianças para as escolas. Nos relataram que no início de 2017 ficaram meses sem acessar o referido transporte, e para que as crianças não perdessem aula, os próprios pais faziam o transporte em pequenas embarcações e sem coletes salva-vidas. Lamentaram essa situação, bem como denunciaram a falta de fiscalização que deveria ser feita pelo órgão responsável, cuja inoperância põem em risco a vida das crianças que se arriscam diariamente no trajeto de ida e volta para a escola.

Realidade semelhante a essa das crianças é vivida pelos jovens e adultos que cursam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na Comunidade Bela Vista do Jaraqui e na Comunidade Arara. O deslocamento até as referidas escolas deveria acontecer regularmente de segunda a sexta-feira, porém, convivem cotidianamente com a precariedade do serviço prestado pelo órgão responsável pelo transporte escolar, fato que compromete sensivelmente o processo de aprendizagem.

Em termos gerais, a queixa, para além das questões estruturais, está na insatisfação com uma escola, que não possui regularidade no funcionamento – professores que faltam, carga horária que não é cumprida, conteúdos

descontextualizados da realidade dos alunos, atitudes preconceituosas em relação aos “moradores das comunidades indígenas” por parte dos professores, dentre outros.

Esses fatores têm motivado o senhor D. a estruturar na comunidade um projeto de educação escolar diferenciada e intercultural, pois considera ser uma ferramenta importante de valorização da cultura e dos processos de aprendizagem. Na análise dele por meio do projeto poderiam inserir o ensino de línguas indígenas, no caso, as línguas Desana, Tuyuka e a Tukano, pois todos os moradores falam a língua Tukano, porém apenas alguns falam as duas outras línguas, com a escola diferenciada poderiam tornar todos conhecedores das três línguas. Também seria possível produzir material didático adequado, dentre outros.

De modo a contribuir com a viabilização dessa proposta, a equipe do Neicam, no dia 31 de janeiro de 2019, levou o senhor R. P. M., da SEMED/ Educação Escolar, até a comunidade para que explicasse os procedimentos para a criação de um Centro Cultural Indígena, implementado na própria comunidade, pensado e estruturado por ela. Posteriormente, o senhor D. esteve na sede da SEMED em Manaus para obter informações mais detalhadas quanto aos procedimentos necessários para efetivar seu projeto.

A comunidade Cipiá sempre se mostrou interessada na implementação de uma “*escola diferenciada*” ou na “*casa de saberes tradicionais*”, como os líderes da comunidade denominam um projeto que fizeram e protocolaram na Secretaria de Estado de Educação (Seduc), há alguns anos antes de iniciarmos o estudo socioantropológico. Desde a nossa primeira visita a comunidade o senhor D. nos falou sobre um material organizado quando o pai estava vivo, contendo os ensinamentos sobre a cultura Desana, “são vários os CDs contendo gravações sobre a cultura Desana”, nos afirmou durante as entrevistas. Para ele, por meio desse Centro Cultural, destinado ao ensino da língua e da cultura, que muitos ensinamentos poderão ser passados para os mais jovens, que “a cultura não será perdida, pois terão um espaço criado para alcançar esse objetivo”

Atendimento à saúde

De acordo com o relato dos indígenas a condição de saúde é, de um modo geral, boa. As doenças menos graves são tratadas na própria comunidade por meio da medicina indígena, utilizam ervas medicinais cultivadas nos quintais e

outras coletadas na floresta, fazem benzimentos e demais práticas culturais tradicionais de cura. Os casos mais graves, como acidentes de trabalho e picadas de animais peçonhentos são encaminhados para Manaus. Contudo, na maioria das vezes encontram muitas dificuldades para serem atendidos, a começar pelo próprio acesso ao SAMU, pois mesmo em caso grave, não conseguem usar esse serviço.

► **Atividades relacionadas ao uso do território**

Na comunidade Cipiá, é possível verificar diferentes usos do território que vão desde o cultivo da mandioca até diferentes espécies de plantas alimentícias, medicinais e ritualísticas, bem como ao extrativismo de produtos de origem vegetal e animal. Além disso, os seus moradores também caçam, pescam e criam animais de pequeno porte (patos, galinhas, porcos). Contudo, apenas para fins de subsistência dos próprios moradores, assim não realizam nenhum tipo de comercialização dos produtos advindos do cultivo e/ou do extrativismo.

Verificamos que no entorno de todas as residências da comunidade há pequenos cultivos. Durante as entrevistas, os moradores nos relataram que “é um hábito cultural, em suas antigas moradias sempre tiveram roçados”. Portanto, na comunidade Cipiá reproduzem essas práticas, principalmente para terem uma fonte de alimentação nos períodos em que o turismo não lhes oferece a renda necessária para comprar os alimentos, mas também “para apresentar para os turistas os alimentos indígenas”.

Apesar desse argumento relacionado ao turismo, constatamos durante o trabalho de campo que essas práticas estão fortemente relacionadas aos aspectos culturais, ou seja, remetem à relação destes com o sistema ambiental. As imagens selecionadas ilustram o cultivo de plantas alimentícias, medicinais e ritualísticas na comunidade.

Figura 4 A e B - Plantações nos “quintais” dos moradores da comunidade.



Fonte: Arquivos NEICAM (2018).

Conforme já enfatizamos, na comunidade há pequenas criações de animais, dentre as quais as aves se destacam, sendo possível encontrá-las nas residências das 06 famílias entrevistadas. F., filho do líder, possui uma das maiores criações e, durante as entrevistas, enfatizou que pretende ampliar essa criação visando a comercialização de aves. A figura 05 mostra a criação de aves do F.

Figura 5: Criação de aves do F.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Os moradores também destacaram que a pesca é uma atividade muito praticada por todos da comunidade. Quando a época de peixes está favorável, os indígenas pescam e fazem um pequeno estoque, todavia, na época da cheia do rio, quando a escassez se intensifica, compram alimentos em Manaus, e, principalmente, de uma vendedora (figura 06) que atravessa o rio todos os dias para realizar vendas nas comunidades. Portanto, os alimentos industrializados também fazem parte da alimentação cotidiana dos moradores da comunidade Cipiá.

Figura 6 A e B - Comércio ambulante no Rio Negro.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

No que tange às atividades de lazer, destacaram o futebol como uma das principais, cuja prática acontece cotidianamente em um pequeno campo localizado atrás da oca de apresentações turísticas. De acordo com os relatos, há times masculinos e femininos que disputam pequenos torneios externos, ocorrendo de outras comunidades se juntarem a comunidade Cipiá.

Durante uma das conversas com o senhor Domingos ele nos informou que a comunidade passaria por algumas mudanças. A área da frente, seria mantida como “a parte rústica” – contendo, a oca, as casas de madeira cobertas de palha, a casa de farinha e o banheiro. Contudo, esse será o local apenas para o turismo. A área ao fundo, estava sendo loteada e dividida entre as seis famílias, que já haviam iniciado a construção das novas residências, feitas de madeira e cobertas com telhas de zinco e alumínio. “Estamos construindo outra comunidade nos fundos, pois, todos almejam residir em um lugar melhor, mais seguro e confortável, vamos deixar a parte da frente só para o turismo mesmo, vamos separar o local do turismo do local onde moramos”, destacou o líder indígena.

A figura 07 apresenta a parte “rústica” da comunidade, o local destinado à construção da “nova comunidade” fica na parte de atrás, depois das castanheiras, e antes de concluirmos o estudo, tivemos a oportunidade de conhecer e conversar sobre a decisão em separar a vida cotidiana da atividade turística. Para nós do Neicam, é perfeitamente compreensiva a decisão, pois a constante presença dos turistas compromete sensivelmente a privacidade dos moradores. Não se trata de criar uma “falsa imagem sobre o que são” e/ou de “criar uma imagem pra turista ver”, ao

destinarem a parte rústica para o turismo, mas, tão somente de criarem um espaço onde possam viver com tranquilidade, longe do olhar curioso de inúmeros guias, pirangueiros e turistas.

Figura 7 - “Casas rústicas”.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

► Turismo

A história das famílias indígena que vivem na comunidade Cipiá com o turismo é de longa data, conforme citamos em páginas precedentes. Teve início na comunidade São João do Tupé e hoje se constitui no principal meio de obtenção de renda. A comunidade foi organizada para o turismo, a vida comunitária acontece concomitante e acabou ajudando a compor os atrativos para a atividade. Embora a comunidade, particularmente o líder, veja o turismo como algo muito positivo, também enfatiza que: “não somos valorizados, a cultura não é valorizada como deveria, infelizmente o pagamento pelas apresentações culturais são muito baixos”. Acrescentando, ainda, que: “por causa do turismo vivemos cercados de conflitos”.

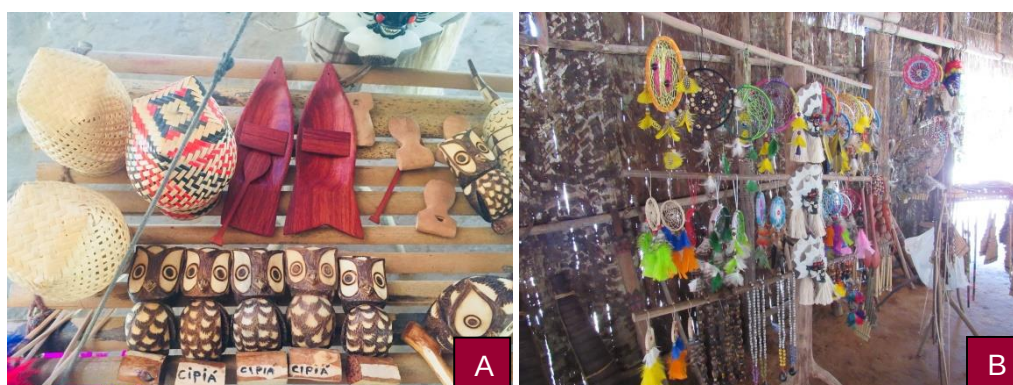
Observamos durante as nossas idas à comunidade que o visitante/turista paga um valor irrisório e para receber um pouco mais, os indígenas precisam fazer várias apresentações ao longo do dia, não havendo um agendamento prévio para essas apresentações, com raras exceções. Verificamos que as embarcações chegam e os indígenas se preparam, às pressas, para receber a demanda de visitação. Isso ocorre o dia todo, quantas vezes forem necessárias, sendo perceptível a exaustão dos mais idosos, visto que dançar várias vezes ao longo do dia é uma atividade cansativa para

eles, fato relatado durante as entrevistas. Já os jovens dizem estar satisfeitos com o “trabalho”, pois o que ganham “dá para viver”, muito embora seus semblantes não realcem nenhum tipo de satisfação, pelo contrário, são visíveis a tensão e a exaustão provocados pelo excesso de apresentações.

Esse pagamento irrisório pelas apresentações culturais para os turistas resulta dos acordos firmados com os “pirangueiros”, designados pela equipe do Neicam como “agentes do turismo”, pessoas que trabalham informalmente, de forma ilegal, pois não possuem cadastros junto aos órgãos oficiais de turismo, responsáveis por levar grupos de turistas para às comunidades indígenas, infelizmente negociando as apresentações a preços baixíssimos.

No que concerne às apresentações das danças para os turistas/visitantes, elas são semelhantes às que eram realizadas na comunidade São João do Tupé. Dentre as apresentações das danças tradicionais nas comunidades estão: Capiwaya, Jurupari, Yapurutu e Cariço. No decorrer das apresentações são cantadas canções com movimentos sincronizados, também são utilizados tambores e flautas que proporcionam um som harmonioso. Todos os indígenas, inclusive as crianças, participam das apresentações. Após a apresentação das danças, os turistas/visitantes andam pela comunidade, tiram fotos das casas e conhecem os artesanatos que estão dispostos em pequenos *stands* para a comercialização (figura 08).

Figura 8 - Artesanato



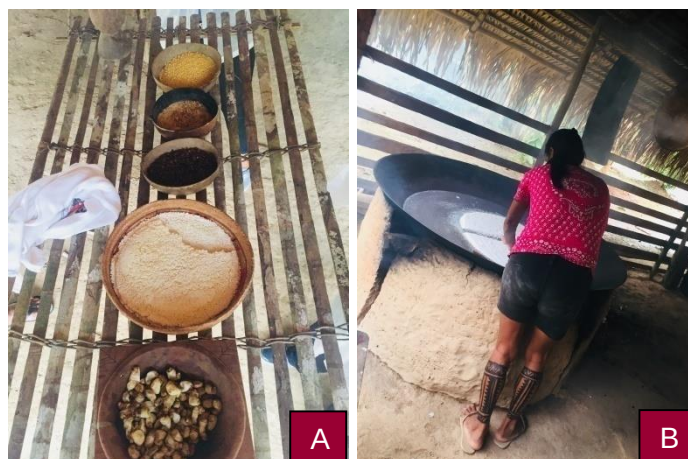
Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Assim como nas demais comunidades, o artesanato é elaborado a partir de sementes, madeira, penas, fibra de arumã e miçangas. A matéria-prima é coletada na floresta ou comprada em Manaus; a partir dela são confeccionados colares, brincos, cocares, filtros dos sonhos, arcos, flechas, zarabatanas, dentre outros. Entretanto,

também há muitos artesanatos que são comprados na cidade de Manaus dos “parentes indígenas”, e mesmo de não indígenas.

Existem duas construções elaboradas para compor a “infraestrutura turística local”, juntamente com a oca principal. Uma delas é similar à casa de farinha, local onde fica o forno de barro para a fabricação de farinha de mandioca, farinha de tapioca, beijus, dentre outras. Há também uma mesa de degustação com vários alimentos como farinha de mandioca, farinha de piracuí, formigas, beijus, larvas e peixes moqueados. A outra estrutura é um local para acomodar os turistas/visitantes que desejarem fazer pernoite na comunidade, o que ocorre algumas vezes, conforme o relato dos moradores. É uma estrutura simples com armadores para atar as redes e espaço para acomodar os pertences. Na figura 09 podemos ver o local de preparo da farinha e de degustação das comidas oferecidas aos turistas.

Figura 9 A e B: degustação para os turistas e produção do beiju.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

De acordo com o sr. D. e seu filho F., a participação nas apresentações é controlada em um livro de ponto, no qual é marcada a presença ou ausência de cada um dos moradores, permitindo que o controle do pagamento seja mais justo. Algumas vezes indígenas são contratados de outras localidades, principalmente do município de São Gabriel da Cachoeira, para compor o quadro de cantores e dançarinos. Com isso, a aceitação de novos moradores é condicionada e estabelecida, também visando às “habilidades” que valorizem o serviço turístico.

Quanto à renda obtida por meio da atividade turística, todas as famílias com as quais conversamos alegam receber em torno de um a dois salários mínimos mensais,

dizem estar satisfeitos, pois também “tem o artesanato, as roças, as plantações, os frutos que pegam na mata... na época do peixe podem fazer suas comidas típicas...”. Entretanto, ao longo do trabalho de campo, presenciamos muitas situações de descontentamento em relação aos ganhos advindos do turismo.

2.2 COMUNIDADE TATUYO (RDS PURANGA CONQUISTA)

A designação escolhida pelos indígenas para o local onde eles vivem é “comunidade Tatuyo”. De acordo com o líder, sr. H., criaram a comunidade em 2007. Em conversas informais e durante as reuniões do GT Indígena, perguntamos aos representantes da SEMA e SEMMAS, sobre essa data, os quais nos informaram que o período entre 2011 e 2012 seria a data mais provável para a chegada dos indígenas no referido local.

Durante as entrevistas narrativas com o sr. H, pedimos que nos explicasse detalhadamente como se deu a criação da comunidade, de modo a entendermos com mais clareza as incongruências nas datas. Verificamos que ele considera a saída de sua família da comunidade São João do Tupé o início do processo de criação da comunidade Tatuyo. A reunião das famílias indígenas que já haviam trabalhado com o turismo, inclusive na comunidade Cipiá, bem como a busca por “parentes”⁸ no município de São Gabriel da Cachoeira para formar os pares para as apresentações culturais na comunidade Tatuyo, foram também parte constituinte da comunidade.

Verificamos, portanto, que a referida comunidade se estruturou seguindo um “padrão” instituído igualmente na comunidade Cipiá, na aldeia Tuyuka e no núcleo do Diakuru, provavelmente seguindo um modelo sugerido por algumas agências e guiais, mas, sobretudo, pelos pirangueiros que incutem a ideia de que “é preciso ter bastante gente na comunidade, pois uma apresentação cultural para os turistas é mais bonita e autêntica, quando tem pelo menos 8 pares de casais indígenas”, conforme nos relataram as lideranças indígenas.

A decisão em criar uma comunidade, de acordo com as narrativas do senhor Hernando, se deu em virtude dos constantes conflitos relacionados diretamente com o turismo na comunidade São João do Tupé. A sobrecarga de atividade (longa jornada de trabalho, em decorrência das inúmeras apresentações realizadas em um único

⁸ Designação genérica, usada para se referir a um indígena, não necessariamente do mesmo grupo étnico.

dia); o desacordo na divisão do dinheiro; a falta de diálogo; o consumo excessivo de bebidas alcoólicas; foram determinantes para ele deixar o local e começar uma nova vida⁹.

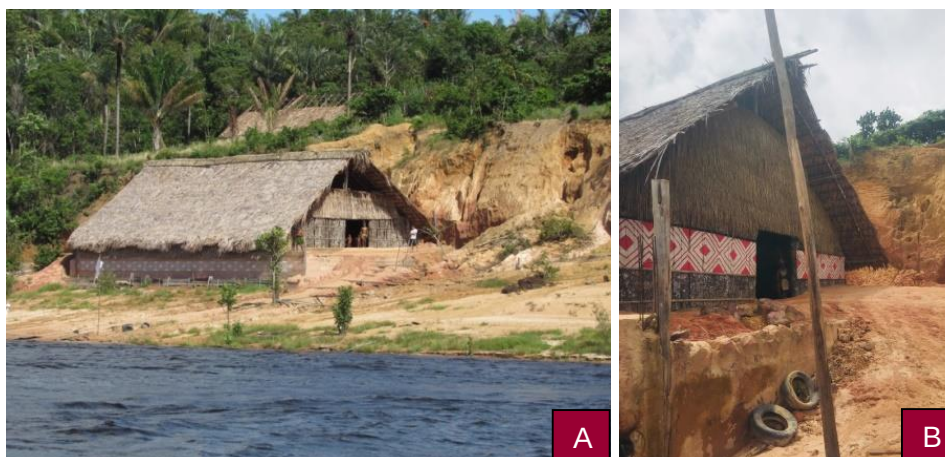
Os motivos expostos pelo líder da comunidade Tatuyo, são similares aos depoimentos dos líderes da comunidade Cipiá e da aldeia Tuyuka, e nos levaram a algumas reflexões importantes sobre as relações sociais e de trabalho que permeiam a atividade turística nessas comunidades indígenas, visto que possuem muitos dos elementos do turismo convencional, cuja ótica capitalista prevalece. Ao longo do trabalho de campo fomos procurados por alguns moradores, para nos falar que se sentiam explorados, pois trabalhavam excessivamente e os ganhos obtidos eram incompatíveis com a jornada de trabalho realizada. Nas próximas seções aprofundaremos essa discussão sobre os impactos negativos do turismo nas comunidades.

No que tange as características do terreno onde foi construída a comunidade Tatuyo e o contexto da aquisição dele, nos deparamos também com relatos similares aos das outras comunidades. A liderança teria negociado o terreno com o “antigo dono”, que recebeu como pagamento, uma casa na comunidade Baixote no valor de R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais) e R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) em dinheiro, totalizando R\$ 50.000,00, “pagos ao terreno medindo 400 metros de frente e 2.000 metros de fundo”. Tais valores estariam discriminados em um “recibo comprovando o pagamento e a posse da terra”, conforme o entendimento do líder. Afirma que a “compra” se efetivou em 2014, coincidindo com a data que os representantes da SEMMAS E SEMA dizem ser a data de criação da comunidade.

A oca de apresentação cultural, local onde recebem os turistas, fica localizada na praia (figura 10). Em virtude da localização enfrentam constantemente problemas como rachaduras e pequenos desmoronamentos, fato que os levou a construírem, em fevereiro de 2019, uma nova oca um pouco mais afastada das margens do rio.

⁹ Cabe destacar que em vários momentos das entrevistas o sr. H. afirma ter sido expulso injustamente da comunidade São João do Tupé, não sabendo o real motivo. Relata seu sofrimento e as inúmeras dificuldades que passou com sua família, pois saiu sem nada, nem com o dinheiro do seu trabalho.

Figura 10 A e B: Oca de apresentações culturais comunidade Tatuyo.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Quanto ao número de moradores da comunidade, contabilizamos no início de 2018, 07 (sete) famílias, totalizando 37 pessoas incluindo adultos e crianças, relacionadas no quadro 06.

Quadro 5 - Famílias da comunidade Tatuyo.

IDENTIFICAÇÃO	NOME	PARENTESCO	IDADE	ETNIA
FAMÍLIA 1: H. P. G., 47 anos Etnia:Tatuyo	C. H. G.	Esposa	45 anos	Wanano
	M. G. G.	Filha	20 anos	Tatuyo
	D. G. G.	Filho	17 anos	Tatuyo
	M. C. G. G.	Filha	11 anos	Tatuyo
	E. G. G.	Filho	10 anos	Tatuyo
	H. M. G. G.	Filho	9 anos	Tatuyo
	C. R. G. G.	Filho	1 ano	Tatuyo
FAMÍLIA 2: E. M. V. P., 46 anos Etnia:Tukano	C. P. G.	Esposa	46 anos	Tatuyo
	C. L. V.	Mãe	73 anos	Desana
	V. E. L. P.	Filho	22	Tukano
	E. P. G.	Filha	25	Tukano
	F. P. G.	Filho	21 anos	Tukano
	C. M. G. P.	Filha	7 anos	Tukano
	E. G. P.	Filho	10 anos	Tukano
	*S. P. G.	Filho	18 anos	Tukano
FAMÍLIA 3: M. de J. M., 49 anos Etnia: Tukano	*F. C. da S.	Nora	16 anos	Tukano
	B. B. D.	Esposa	48 anos	Karapanã
	I. C. de J. D. M.	Filho	15 anos	Tukano
	J. G. D. M.	Filho	12 anos	Tukano
	R. D. M.	Filho	4 anos	Tukano
FAMÍLIA 4: J. G. da S., 42 anos Etnia: Tukano	D. D. F. C.	Esposa	38 anos	Tariana
	C. C. da S.	Filha	14 anos	Tukano
	J. A. C. da S.	Filho	12 anos	Tukano
	S. C. da S.	Filha	8 anos	Tukano
	J. C. da S.	Filho	6 anos	Tukano
	D. C. da S.	Filho	4 anos	Tukano

“FAMÍLIA 5”: J. C. G, 35 anos Etnia:Tatuyo	Solteiro	-	-	-
FAMÍLIA 6: E. S. R., 52 anos Etnia:Kubeo	L. S. L.	Esposa	42 anos	Arapaço
	E. S. L.	Filho	18 anos	Kubeo
	E. L. R.	Filho	15 anos	Kubeo
	E. L. R.	Filho	11 anos	Kubeo
	L. L. R.	Filha	7 anos	Kubeo

Fonte: Organizado por equipe NEICAM, 2018.

► Educação Escolar

Segundo a visão dos pais com os quais conversamos, “até o Ensino Fundamental a educação apresenta certa qualidade, a partir do Ensino Médio, e, principalmente do ensino tecnológico, começam os problemas”. Os mais frequentes são as constantes ausências dos professores e a irregularidades no transporte escolar. Destacaram que o ano de 2018 foi o mais complicado, pois desde o início do referido ano conviveram com graves problemas, obrigando os pais a transportarem as crianças em suas próprias voadeiras, contudo, “o preço dos combustíveis estavam muito caro, portanto, nem sempre tinham dinheiro para levarem as crianças à escola. Na figura 11 podemos verificar a chegada das crianças em uma pequena embarcação, nitidamente inadequada para a função de transporte escolar.

Figura 11 - Crianças chegando da escola em lancha-voadeira particular.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

A figura 12 ilustra a embarcação destinada ao transporte das crianças e, portanto, a adequada para tal. Infelizmente, em virtude dos motivos explicitados pelos

líderes e moradores da comunidade, poucas vezes estão disponíveis para cumprir a sua função.

Figura 12 - Embarcação escolar.



Fonte: SEMED, 2017¹⁰

Os alunos matriculados em 2018 estavam assim distribuídos: Ensino Fundamental: 11 alunos (8 na Comunidade Arara e 3 na Comunidade Baixote), Ensino Médio: 2 alunos (1 na Comunidade Arara e 2 na Comunidade Bela Vista do Jaraqui), Educação de Jovens e Adultos (EJA): 3 alunos (Comunidade Baixote). A comunidade Bela Vista do Jaraqui oferece Ensino Fundamental e Ensino Médio, a comunidade Arara, por sua vez, oferece Ensino Fundamental, já a Comunidade Baixote oferece o Ensino Fundamental anos iniciais, do 1º ao 5º ano e EJA.

Verificamos nessa comunidade uma grande preocupação dos jovens em relação à continuidade dos estudos. No final de 2018 três deles já haviam concluído o Ensino Médio e concorreram ao processo seletivo da Universidade do Estado do Amazonas, infelizmente não obtiveram êxito, mas disseram que continuarão tentando, pois desejam ingressar na faculdade. Um dado que nos chamou a atenção foi o fato desses jovens ter concorrido para o curso de Turismo.

O interesse pela continuidade dos estudos não se dá somente pelo desejo de ingressar numa universidade, os jovens buscam também capacitação profissional, a título de exemplo podemos citar dois jovens que vão para Manaus todos os sábados para fazer um curso de informática. É importante assinalar que infelizmente nem todas as famílias possuem recursos financeiros para enviar seus filhos para a capital, muitos

¹⁰Disponível em: <<http://semed.manaus.am.gov.br/escolas-municipais-da-zona-rural-de-manaus-recebem-novas-lanchas-escolares/>>. Acessado em 20.02.2019.

reclamam e questionam sobre a inexistências de oferta de cursos técnicos nas escolas próximas a comunidade.

► **Atendimento à saúde**

O atendimento à saúde é avaliado pela liderança e pelas famílias como muito precário. São inúmeras as queixas em relação ao barco da equipe de saúde, cuja responsabilidade do atraso da vacinação das crianças é atribuída. Os moradores reclamam também do atendimento, da disponibilidade de remédios, da falta de regularidade no atendimento, dentre outros. Avaliam o serviço como incompatível com as suas necessidades, pois mesmo em caso emergência, a exemplo de acidentes com animais peçonhentos, não conseguem acessar o SAMU, tendo que se deslocar com recursos próprios, muitas vezes sem dispor dos mesmos, para chegarem à cidade e receberem o atendimento de que necessitam. Presenciamos o ocorrido com um dos moradores que foi vítima de picada de arraia, segundo nos informaram ele estava a três dias sofrendo com fortes dores, sem conseguir se locomover pois a perna estava muito inchada. Teriam ligado para o SAMU pedindo ajuda porque os remédios que tinham não estavam conseguindo avaliar a dor e a perna piorava a cada dia, como resposta ouviram que “não seria possível o auxílio porque só atendiam casos graves”, fato que causou muita indignação entre os moradores da comunidade.

► **Atividades relacionadas ao uso do território**

Mesmo o líder e as famílias reclamando da falta de tempo para a realização das atividades cotidianas, tendo em vista o trabalho com o turismo, observamos durante as visitas a existência de plantações ao redor de todas as residências. Podemos dizer que essas plantações são representações do sistema agrícola do rio Negro, cujos roçados de mandioca se entrelaçam ao cultivo de plantas medicinais, ritualísticas, aos temperos, as frutas, dentre outros. Esses roçados são de grande importância não apenas pela produção de alimentos, mas, sobretudo, pela relação com os elementos da cultura, vividos cotidianamente e repassados para as crianças que estão nascendo na comunidade. Na figura 13 em destaque apresentamos os referidos roçados.

Figura 13 A, B, C e D - Roçado comunidade Tatuyo.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Podemos afirmar, mediante a técnica da observação direta, que a comunidade possui características singulares que a distingue das demais, em particular pela organização da vida comunitária. Cada família tem a sua residência e os seus pertences materiais, possuem seus roçados e compartilham dos espaços de uso comum destinados para as atividades recreativas, a exemplo do campo de futebol (figura 14) que em todas as nossas visitas encontramos as crianças brincando.

Figura 14 - Campo de futebol comunidade Tatuyo.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

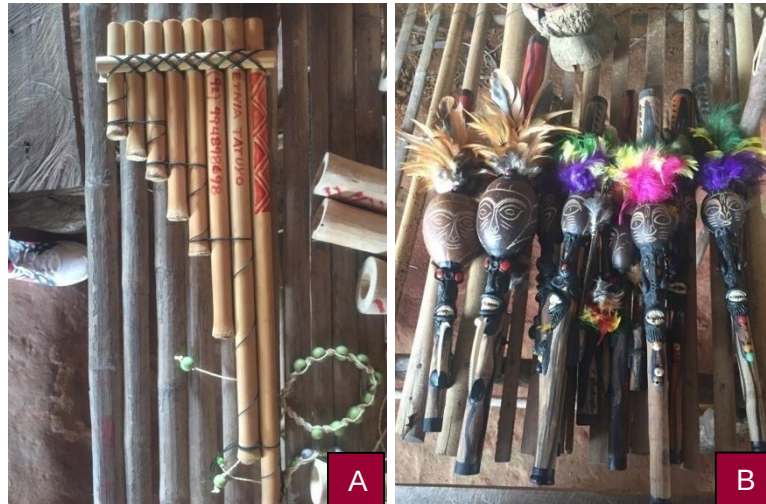
► Turismo

Na comunidade Tatuyo, da mesma forma que nas outras, a atividade turística é um trabalho, uma jornada diária, que se inicia nas primeiras horas do dia e se estende até o final da tarde e/ou até quando houver grupos de turistas/visitantes para assistir as apresentações culturais. Durante as entrevistas com o líder e com os membros das famílias nos descreveram o turismo como uma atividade que lhes ocupa muito tempo. Relataram que tentam se dedicar aos roçados, a produção de farinha e beiju, a pesca, a coleta de frutas na mata, produção de artesanato, dentre outros, mas nem sempre conseguem. Isto porque são demandados excessivamente pelo trabalho em receber os turistas, em organizar a oca e aos demais preparativos para que o turismo aconteça.

Verificamos, nessa comunidade, a exemplo das outras três, que o turismo é a atividade central e se reproduz obedecendo à lógica econômica capitalista, portanto, trazendo inúmeros conflitos. Podemos afirmar que embora os moradores possuam outros afazeres, a prioridade sempre será o turismo, fato comprovado durante as entrevistas. Mesmo algo que consideram diretamente ligado ao turismo, a exemplo dos artesanatos, somente são fabricados quando não há turistas, não havendo um dia e/ou horário para estabelecido para tal tarefa. Assim como nas outras comunidades o artesanato fica disposto no interior da oca, conforme nos diz o líder, “temos sempre

que ter artesanatos pois os turistas perguntam, assim como as danças eles são importantes para o turismo, mas nem sempre temos tempo para fazer”. De modo geral, cada família possui um suporte no qual colocam os artesanatos a venda (figura 15).

Figura 15 - Artesanato



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

A respeito do início da atividade turística na comunidade e da construção da primeira oca para as apresentações culturais, verificamos algumas variações nas datas. Essas oscilações são percebidas, sobretudo, quando se trata do ano da chegada no local, sobre a construção da primeira oca há um consenso, afirmam que foi inaugurada no dia 22 de setembro de 2015, na parte de cima da comunidade, no alto do barranco. Com o passar do tempo decidiram que para facilitar a acessibilidade de visitantes com mobilidade reduzida, construiriam uma oca na praia, na qual atualmente fazem as apresentações culturais.

Observamos que asocas construídas na praia demandam cuidados constante, pois a cheia do rio provoca rachaduras, causando grande preocupação para os indígenas que se empenham diariamente a “fazer a manutenção para evitar o pior”. Também convivem com os riscos de desmoronamento por conta do barranco próximo asocas, essas observações são referentes as quatro comunidades, sendo um sério problema por apresentar risco tantos para os moradores, quanto para os turistas.

No que tange aos depoimentos sobre as atividades turísticas na comunidade, nos informaram que no início recebiam diariamente de cinco a seis barcos de particulares (pirangueiros), que o trabalho era intenso, mas com a criação do núcleo do Diakuru e da aldeia Tuyuka (localizadas mais próximas da cidade de Manaus), os

pirangueiros deixaram de levar os turistas para comunidade Tatuyo. Portanto, atualmente estariam trabalhando somente com a agência e o hotel que são seus parceiros (a Amazon Explorer e Acajatuba Hotel), afirmaram que raramente recebem pirangueiros, “moramos muito longe, eles não gostam de vir aqui, preferem as comunidades mais próximas”.

Nas entrevistas, o sr. H. afirma que se manteve firme no valor estipulado durante a elaboração do Acordo de Visitação (construído coletivamente com os líderes indígenas e com o GT Indígena), que seria de R\$ 20,00 por pessoa, mas com os “conflitos entre os parentes o acordo foi quebrado e as comunidades que diminuíram os preços são as que recebem mais turistas, a comunidade Tatuyo ficou prejudicada”.

O Acordo de Visitação citado pelo sr. H. foi construído nos dias 31/10 e 29/11 de 2018, na Escola Superior de Artes e Turismo (UEA), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Coordenado pelo GT Indígena e com a participação efetiva das lideranças dos quatro “Núcleos Indígenas”, objetivou-se com sua elaboração criar um instrumento que contribuísse para a regulamentação das atividades turísticas. Ao longo deste relatório retomaremos essa discussão e faremos um detalhamento sobre o processo de elaboração desse Acordo de Visitação.

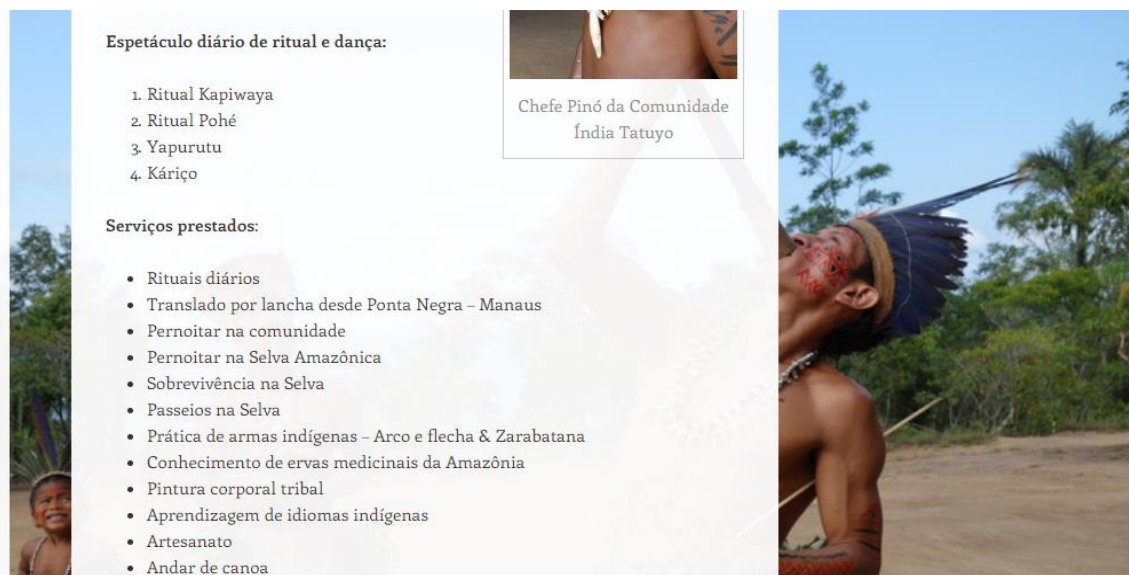
Retomando as discussões sobre a organização do turismo na comunidade Tatuyo, observamos que nela o turismo é realizado de forma diversificada, no que concerne aos atrativos turísticos, pois para além das apresentações das danças, ofertam outras atividades, como por exemplo a trilhas. No site da comunidade são divulgadas tais atividades, conforme mostram as figuras 16, 17 e 18.

Figura 16 - Site de divulgação da comunidade Tatuyo.



Fonte: indiosamazonia.wordpress.com

Figura 17 - Site de divulgação da comunidade Tatuyo.



Fonte: índios amazonia.wordpress.com

Vale ressaltar que a comunidade Tatuyo é a única que possui um canal midiático para divulgar as atividades turísticas que realizam, no qual disponibilizam os “pacotes turísticos” e os valores correspondentes ao mesmo, como mostra a figura 18.

Figura 18 - Site de divulgação da comunidade Tatuyo.



Preços da comunidade

- Translado ida-e-volta a Ponta Negra, Manaus – R\$300
- Pernoitar na comunidade (rede fornecida; inclui ritual, comida típica da tribo e água da nascente) – R\$150
- Pernoitar na selva (rede fornecida; inclui ritual, comida típica da tribo e água da nascente) – R\$200

**Comunidade Indígena da Etnia
Tatuyo em Manaus**

Para visitar a nossa comunidade, telefone para os seguintes números:

Chefe Pinó – (92) 94 89 86 98

Wapi – (92) 94 91 76 36

Fonte: índios amazonia.wordpress.com

No dia 12 de janeiro de 2019, presenciamos um novo “atrativo” que nos chamou a atenção. Nesse dia ocorreu durante a visita de um grupo de turistas, o “batizado indígena”, uma suposta cerimônia para atribuir ao turista um nome indígena, mediante o pagamento da quantia de 20 reais. De acordo com o líder da comunidade, esse “novo atrativo” foi uma sugestão do dono de uma agência de turismo, fato confirmado momentos depois pelo próprio dono da agência, que também nos diz ser o idealizador do “casamento indígena”. Segundo ele, sugeriu esses “atrativos” para os indígenas, pois considera uma forma de os ajudar a obter mais ganhos e que a agência não lucra com essas atividades, somente os indígenas. A figura 19 apresenta o momento do “batismo indígena”.

Figura 19 - “Batismo indígena”.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

2.3 NÚCLEO DO DIAKURU (RDS DO TUPÉ)

A designação núcleo do Diakuru (ser vivente da água) foi atribuída pelo próprio líder, J. M. D., que é filho do finado pajé R. D.¹¹. Na sua avaliação, esse nome foi dado porque “não são uma comunidade, estão lá para trabalhar, ainda não estão organizados como uma comunidade”, deixando claro que construíram a oca na praia exclusivamente para receber os turistas. Sobre a chegada no local, nos informou que ocorreu em 2016, veio com a esposa e os filhos, trazendo depois algumas pessoas (casais) que já trabalhavam nas apresentações culturais na comunidade São João do Tupé, onde moravam e ainda possui uma residência.

A figura 20 se refere à oca de apresentações culturais para os turistas. Ao fundo da figura, é possível ver uma casa de apoio e/ou de residência na temporada da vazante do rio, período que ficam por mais tempo no local.

¹¹ O pajé R. D. junto com o irmão, o senhor D. D., preconizaram as atividades turísticas na comunidade São João do Tupé.

Figura 20 - Oca de apresentações culturais Núcleo do Diakuru.



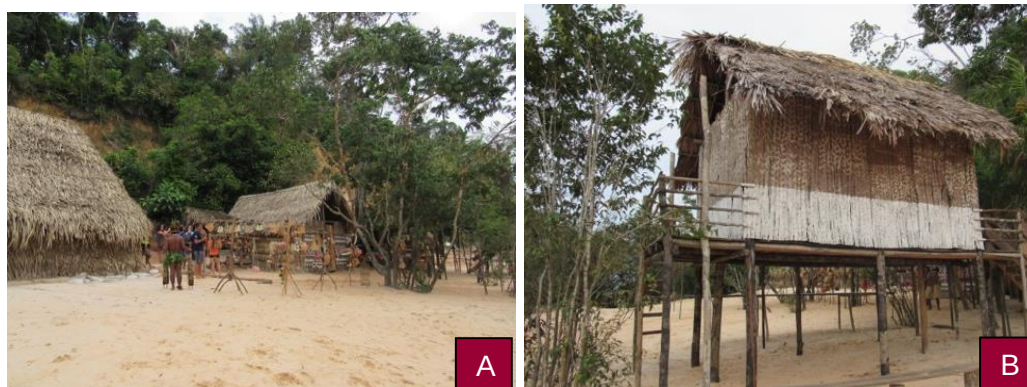
Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Segundo a narrativa do líder, tanto a sua família (esposa, filhos e irmãos), quanto aos demais que hoje trabalham com o turismo no núcleo do Diakuru, viviam na comunidade São João do Tupé, portanto, desde 2000 iniciaram sua experiência com o turismo, aprenderam a trabalhar com essa atividade e a tornaram uma fonte de renda, “pois não tinham outra opção”.

A motivação para criar o núcleo do Diakuru teria se dado em virtude de alguns conflitos familiares (entre os irmãos) e, também, porque ele desejava sair de lá e ter um local somente seu e de sua família (esposa e filhos), pois: “na praia, perto da água era mais fácil para os turistas idosos e cadeirantes....também no Tupé estava muito concorrido, não estava mais dando para viver do turismo”.

Toda a estrutura do referido Núcleo está localizada na praia, sendo algo muito simples e com dimensões territoriais bem pequenas (100m de frente e 500m de fundo). Compõe o espaço de utilização do território uma oca onde ocorrem as apresentações culturais para os turistas, três casas pequenas, um banheiro/sanitário (fossa negra) e um local para a exposição de alimentos. A água é coletada de uma pequena fonte que fica submersa no período das cheias do rio Negro, a figura 21 evidencia parte da referida estrutura do Núcleo.

Figura 21 A e B - Estrutura do núcleo do Diakuru.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

No que tange à composição dos residentes do núcleo do Diakuru, verificamos que é inconstante, pois, ao longo do período que realizamos as atividades de campo, em cada uma das idas ao Núcleo encontrávamos mudanças na composição das famílias, sendo recorrente a saída e/ou chegada de pessoas, somente a família do José Maria se manteve constante. Ao que tudo indica, os demais membros são trabalhadores indígenas contratados para as apresentações culturais. Em termos gerais, são moradores fixos do Núcleo 04 famílias, totalizando 12 pessoas, entre crianças e adultos, sendo apenas uma família formada por pessoas de “fora” – não pertencente à família do J. M. (quadro 07).

Quadro 6: Famílias núcleo do Diakuru.

IDENTIFICAÇÃO	NOME	PARENTESCO	IDADE	ETNIA
FAMÍLIA 1: J. M. F. V., 41 anos Etnia: Desana	M. da C. V.	Esposa	41 anos	Tucano
	A. M. V.	Filho	19 anos	Desana
	J. M. V.	Filho	10 anos	Desana
FAMÍLIA 2: A. M. V., 23 anos Etnia: Desana (filho do J. M.)	E. dos S. N.	Esposa	24 anos	Não indígena
	E. N. V.	Filho	3 meses	Desana
FAMÍLIA 3: A. M. V., 20 anos Etnia: Desana (filho do J. M.)	Y. de C. R.	Esposa	20 anos	Tikuna
FAMÍLIA 4: A. M. A., 36 anos Etnia: Tukano	K. A. da S.	Filha	15 anos	Baré
	R. A. da S.	Filha	10 anos	Baré
	C. L. M. D.	Irmã	37 anos	Tukano

Fonte: Organizado por equipe NEICAM, 2018.

Após finalizarmos o levantamento referente ao número de moradores de cada uma das comunidades, encontramos no Núcleo do Diakuru a mãe e duas irmãs do J. M. que passaram a participar das apresentações culturais, bem como da venda de artesanato. Durante as conversas, as mesmas afirmaram que possuem residência na comunidade São João do Tupé e no momento estavam trabalhando com o irmão, “ajudando ele, pois tem pouca gente participando das apresentações, o grupo é pequeno”.

É importante mencionar que durante algumas apresentações culturais identificamos duas pessoas não indígenas. Entretanto, durante o levantamento socioeconômico, elas não foram consideradas pelo líder como moradoras, segundo ele, ocorre, em algumas situações, de parentes dos outros moradores do Núcleo participarem das apresentações culturais, ressaltando que um dos filhos é casado com uma não indígena.

► Educação Escolar

De acordo com informações obtidas durante as visitas ao Núcleo, apenas quatro moradores frequentavam regularmente a escola localizada na comunidade São João do Tupé, sendo duas crianças e dois jovens. Os demais moradores ou não estavam em idade escolar ou já haviam concluído o Ensino Médio. A avaliação dos moradores sobre a referida escola foi semelhante a que nos foi apresentada pelas lideranças das comunidades Cipiá e Tatuyo e da aldeia Tuyuka, ou seja, muito negativa. Reclamaram dos mesmos problemas: precariedade no serviço do transporte escolar, atrasos e ausências corriqueiras dos professores, bem como em relação ao ensino propriamente dito, o qual, segundo eles, não valoriza a diversidade cultural.

► Atendimento à saúde

Em relação ao atendimento à saúde, todos os moradores avaliaram como precário e inadequado, alegaram que deveriam ser atendidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), segundo o J. M. deveriam “ter o direito a esse serviço porque são indígenas”, mas infelizmente não são. Mesmo estando bem próximos da comunidade São João do Tupé, preferem ir à unidade de saúde na comunidade Três Unidos, “pois é menos pior”.

Fomos informadas que existe um atendimento móvel de saúde, um barco de atendimento médico, que deveria estar mensalmente passando pelas comunidades próximas, mas essa periodicidade não é cumprida. De modo geral, se mostraram insatisfeitos, tanto pela falta de regularidade, quanto pela prestação dos serviços, declararam que “vem pouquíssimos médicos, não tem especialistas, não conseguem fazer exames, muitas vezes nem ficha para atendimento se consegue”.

► Atividades relacionadas ao uso do território

Já destacamos em páginas precedentes que as dimensões do Núcleo são pequenas, de acordo com o J. M. o local onde vivem possui 100m de frente e 500m de fundo. Esse seria um dos motivos para não se considerarem uma comunidade, pois na sua percepção “não dá pra fazer as plantações, as casas, uma oca grande, tudo é limitado”. Diferente das outras comunidades, no Núcleo do Diakuru, não verificamos nenhuma plantação, fosse ela um pequeno roçado, plantas medicinais e/ou temperos, pimenta e outros.

Durante as entrevistas os moradores afirmaram que coletam frutas na pequena área de floresta próxima ao núcleo, principalmente açaí, buriti, bacaba e patauá. Também relataram que pescam, mas somente na época apropriada e quando não tem turista na comunidade. Perguntamos sobre qual seria a principal fonte de alimentos, nos responderam que a maior parte da alimentação vem da compra de produtos industrializados, feita ocasionalmente em Manaus ou adquiridos diariamente da vendedora ambulante que percorre algumas comunidades localizadas no Baixo Rio Negro. Pelos relatos dos moradores percebemos que o núcleo é utilizado exclusivamente para o trabalho com o turismo, ou seja, nele se organizam e reelaboram aspectos da cultura indígena que compõem o produto/serviço turístico.

A respeito do acesso aos benefícios sociais pudemos comprovar que nenhum comunitário recebia benefícios sociais, tais como o Programa Bolsa Família, aposentadoria e/ou qualquer outro benefício, alguns alegaram que por não terem documentos pessoais (RG e/ou CPF) não acessam tais benefícios, é o caso do Bolsa Família.

► Turismo

Diferentemente das comunidades Cipiá e Tatuyo e da aldeia Tuyuka, no núcleo do Diakuru é, de fato uma centralidade, a única atividade que realizam, algo afirmado diversas vezes pelo próprio líder, segundo ele: “tudo foi organizado somente para o turismo, não somos uma comunidade, estamos aqui para trabalhar”. Tanto para o líder como para alguns dos moradores, essa centralidade na atividade turística se dá em virtude do terreno ser pequeno dificultando o uso para fazer os roçados, alegando ainda, que por viverem em uma Unidade de Conservação, o uso do território está sujeito as regras ambientais. Portanto, no território que vivem realizam apenas a coleta de frutos (açaí, bacaba, patauá e outros), de sementes (usadas na confecção de artesanatos) e, ocasionalmente, no período apropriado, algumas pessoas pescam.

Como a centralidade é turismo, a oca de apresentações culturais também é o espaço de maior visibilidade – sempre muito limpa, enfeitada com filtros do sonho e com os artesanatos disponíveis para a venda. Alguns dos artesanatos são produzidos pelos indígenas do núcleo, outros são comprados em Manaus, a exemplo da cestaria Baniwa e de algumas das máscaras feitas por artesãos não indígenas (figura 22).

Figura 22 A e B - artesanato



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

No núcleo do Diakuru, as apresentações culturais são negociadas quase que exclusivamente com os pirangueiros, apenas uma pequena parcela vem por meio de guias cadastrados, fato que coloca os moradores em situação de vulnerabilidade. Em uma ocasião de trabalho de campo presenciamos um pirangueiro chegar com uma garrafa de bebida alcoólica, falando em voz alta: “eu nunca esqueço de trazer um presente para meus amigos indígenas”. Também presenciamos “brincadeiras” desrespeitosas e comportamentos inapropriados em relação às mulheres.

Consideramos importante destacar que esses pirangueiros contribuem significativamente para a intensificação dos conflitos existentes entre os moradores do referido núcleo e os da aldeia Tuyuka, pois eles disseminam informações distorcidas sobre os valores cobrados, causando intrigas entre os indígenas. Essas práticas dos pirangueiros são perversas porque promovem a exploração e a desvalorização do trabalho dos indígenas, uma vez que o pagamento pelas apresentações culturais é insignificante, muitas vezes pago com “rancho”.

Verificamos também conflitos decorrentes da divisão do dinheiro e da insatisfação com a renda obtida, foi o caso do senhor A. de P., que saiu com seus familiares do núcleo em janeiro de 2018, para trabalhar no Lago Janauari (Encontro das Águas) em outra comunidade indígena. A saída da referida família gerou muita insatisfação, pois tinham papel importante nas apresentações culturais, teria sido contratado por suas habilidades (danças e músicas indígenas, era benzedor, tinha muitos filhos - importante para a formação dos pares durante as apresentações culturais, profundo conhecedor da cultura indígena).

2.4 ALDEIA TUYUKA (RDS DO TUPÉ)

A aldeia Tuyuka fica localizada a poucos metros do Núcleo do Diakuru, e segundo o líder, a designação “aldeia” foi atribuída pelos moradores em virtude de esta ser a forma como identificam suas moradias. Destaca-se na figura 23 a imagem da primeira oca que construíram logo após o desentendimento e rompimento como o referido Núcleo.

Figura 23 - Oca de apresentações culturais Tuyuka



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Conforme o relato do líder G., até a metade de 2016 ele trabalhava com os seus irmãos no Núcleo do Diakuru, após desentendimentos tiveram que sair. A saída teria sido muito difícil, pois “não tinham pra onde ir, não tinham nada, nem o que comer”. Foi então que negociaram o terreno ao lado do Núcleo e construíram a aldeia Tuyuka nesse mesmo ano. A aquisição do terreno teria ocorrido por meio de uma negociação com o “dono” da terra, um homem conhecido como Zé Martelo. G. enfatiza que foi muito difícil porque não tinham como pagar, mas acordaram que o pagamento se daria após a construção da oca, quando iniciassem o trabalho com o turismo.

O acordo inicial com o “dono” da terra seria pagar o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) pelo terreno. O primeiro repasse foi de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e o segundo no valor de R\$ 1.580,00 (um mil, quinhentos e oitenta reais). O líder relata que acabaram adquirindo a terra pelo valor total de R\$ 6.580,00 (seis mil, quinhentos e oitenta reais), “porque depois do segundo pagamento o dono decidiu não cobrar mais nada”. Destaca-se que essa é apenas uma dentre as várias versões sobre a “aquisição do terreno”. Contudo, essa tem sido reiterada pelo líder nas últimas entrevistas realizadas pela equipe do Neicam.

É importante frisar que a relação do G. com a família do J. M. é de longa data, já foi casado e tem filhos com a irmã dele. Em fotos antigas, tiradas no início das apresentações na oca da comunidade São João do Tupé, G. aparece ao lado da família dos irmãos D. e R. D., com os quais trabalhou durante muitos anos.

A saída do G. tanto da comunidade São João do Tupé, quanto do Núcleo do Diakuru aconteceu em função de conflitos que repercutem em suas relações até hoje, as quais são extremamente complexas. Atualmente, os conflitos são mais acirrados com o Núcleo do Diakuru. Isso se deve, principalmente, à proximidade entre eles (apenas alguns metros os separam) desencadeando inúmeros atritos que vão desde questões concernentes à delimitação dos espaços, até a disputa pelos turistas. Há, ainda, relatos de agressões verbais e físicas.

Até o final de maio de 2018, a aldeia Tuyuka estava estruturada toda na praia e era constituída por uma oca central, duas casas e uma cozinha onde exibiam as comidas indígenas para os turistas/visitantes, tudo muito simples e pequeno. Em virtude da cheia do rio Negro, que afetou consideravelmente a estrutura da oca (como se observa na figura 24), decidiram construir outra oca na parte de cima do barranco.

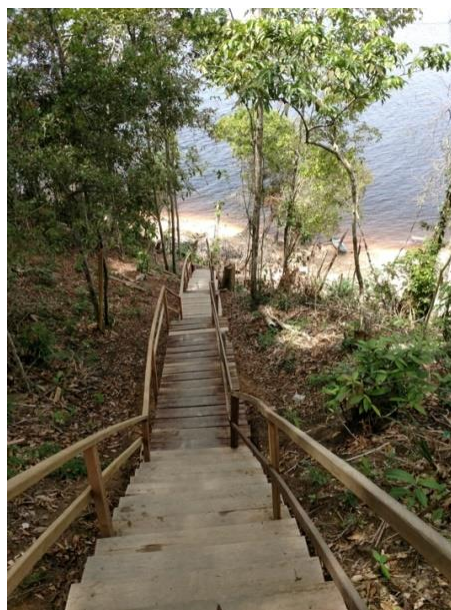
Figura 24 - As águas chegando na oca.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Pelos relatos dos moradores da aldeia, verificamos que foram, e ainda são muitas, as dificuldades encontradas para manterem suas famílias. Nas diversas conversas que tivemos relataram suas dificuldades, principalmente, a falta de alimentos e remédios, nos levando a compreender o envolvimento com os pirangueiros. Ao longo do tempo foram conquistando algumas melhorias, fizeram roças e construíram também as suas casas na parte superior/terra firme, mas muitos problemas persistem, uma vez que a infraestrutura de acesso é precária, há uma escada (figura 25), contudo, fica ao lado de uma área com risco constante de desmoronamento.

Figura 25 - Escada de acesso a parte superior da comunidade.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Nas ultimas visitas à aldeia, verificamos que na parte superior se fortalece a vida comunitária de fato, pois nesse novo local cada família tem a sua própria casa e se organiza com os seus bens materiais (fogão, utensílios domésticos, redes, televisão, dentre outros), e na medida do possível (em virtude das limitadas dimensões do território que possuem) fazem o cultivo das roças. De modo a ilustrar tais mudanças selecionamos algumas imagens, a primeira do início da construção da oca (figura 26) e a segunda (figura 27) referente à disposição das casas, ou seja, a nova configuração da aldeia construída na parte superior do terreno.

Figura 26 - Início da construção da oca na parte superior do terreno.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Figura 27 - Nova configuração da aldeia na parte superior do terreno.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Como já falamos, a aldeia foi criada em meados de 2016 pelo G. e os irmãos. Após a criação, eles trouxeram o pai e a mãe que moravam na cidade de São Gabriel da Cachoeira, onde residem seus parentes. A aldeia é formada majoritariamente pelo grupo familiar do G., excetuando-se as famílias de J. A., que não é irmão do líder, mas é Tuyuka e é tido como parte da família. Não encontramos nenhum outro casal

“contratado” para trabalhar na comunidade. No quadro 08 estão especificados os dados das famílias que vivem na aldeia Tuyuka.

Quadro 7 - Famílias da aldeia Tuyuka.

IDENTIFICAÇÃO	NOME	PARENTESCO	IDADE	ETNIA
FAMÍLIA 1: G. C. M., 35 anos Etnia: Tuyuka	M. R.	Esposa	28 anos	Bará
	R. R. M.	Filha	1 ano e três meses	Tuyuka
FAMÍLIA 2: J. de A. M. V., 28 anos Etnia: Tuyuka	I. R.	Esposa	28 anos	Bará
	A. M.	Mãe	68 anos	Tukano
	J. C.	Filho	6 anos	Tuyuka
	K. L. V.	Filha	3 anos	Tuyuka
	J. V.	Filha	1 ano	Tuyuka
FAMÍLIA 3: R. A. S., 23 anos Etnia: Tukano	L. F.	Esposa	23 anos	Tuyuka
	L. C. M.	Filho	4 anos	Tukano
	K. G. M.	Filha	1 anos	Tukano
FAMÍLIA 4: I. C. M., 25 anos Etnia: Tuyuka	R. A. R.	Esposa	19 anos	Tucano
	I. M.	Filho	4 anos	Tuyuka
	J. M.	Filho	2 anos	Tuyuka
FAMÍLIA 5: Q B. M., 61 anos Etnia: Tuyuka	M. das G. D. C.	Esposa	62 anos	Tariana
	G. C. M.	Filho	32	Tuyuka

Fonte: Organizado por equipe NEICAM, 2018.

► Educação Escolar

Na aldeia Tuyuka há poucas crianças e adultos em formação escolar, entretanto, são severas as reclamações em relação à escola pelos mesmos fatores citados pelos líderes indígenas do Cipiá, Tatuyo e Núcleo do Diakuru. Referem como os principais problemas: o transporte escolar precário; a constante paralisação do serviço em virtude de problemas no motor e manutenção - impossibilitando as crianças de irem à escola e/ou de serem transportadas em veículos irregulares; faltas de professores - que por residirem em Manaus muitas vezes se ausentam da escola.

Para os pais, o “a escola não está preparada para atuar com a diversidade cultural, bota a culpa nas crianças, alegando que elas têm dificuldade de aprendizagem, quando na verdade não entendem que as crianças falam outras línguas e muitas vezes não entendem o que está sendo falado em português”, enfatiza J. A. Concordamos com essa postura crítica em relação a escola, pois a diversidade cultural não pode, em hipótese alguma, ser vista como uma barreira a aprendizagem.

► Atendimento à saúde

Em relação à saúde verificamos os mesmos problemas: atrasos do barco da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), dificuldade para acessar os serviços básicos, tais como: vacinação, medicamentos, atendimento odontológico, o SAMU, dentre outros. Na aldeia Tuyuka a questão da saúde é bem mais grave, sempre encontramos pessoas doentes, principalmente as crianças. Como já frisamos as apresentações culturais são negociadas com os pirangueiros, portanto, recebem pouco, não dispondo de recursos financeiros para se deslocarem até Manaus ou a uma comunidade próxima.

► Atividades relacionadas ao uso do território

Observamos nessa aldeia uma intensa mobilização em torno dos processos de territorialização, o que pode ser constatado por meio das mudanças desde a primeira visita da equipe do Neicam. No início, havia uma oca de apresentações culturais na praia muito simples, e, gradativamente, foram incorporadas melhorias, tanto na oca, como nas casas de apoio. No decorrer dos meses, os moradores começaram a se organizar na parte de cima. J. A. foi o primeiro a levar a família para o novo local - construiu a casa para sua família e iniciou um pequeno roçado. A cheia do rio Negro abreviou a construção de uma nova oca, bem como a construção das residências das demais famílias. Hoje, cada uma das famílias tem sua casa e possuem plantações ao redor das mesmas.

Nas entrevistas, os moradores destacaram que a coleta de frutos na mata, principalmente de açaí, bacaba, Tapauá, buriti foi e continua sendo de suma importância para as famílias. Na época de fartura dos peixes eles saem para pescar, também “aproveitam da melhor forma o que a natureza tem, como os remédios coletados na mata, o pai é benzedor, conhecedor da medicina indígena, ele conhece as plantas, raízes para fazer remédios, benzimentos”, conforme afirma G. orgulhosamente.

Durante o trabalho de campo, também observamos o uso de sementes coletadas na mata; algo muito peculiar à aldeia, cuja produção de artesanato é bem diferenciada, sobressaindo a produção feita pelos próprios moradores, diferentemente do que observamos na comunidade Cipiá, Tatuyo e Diakuru, onde encontramos peças

compradas em Manaus, a exemplo dos vasos marajoara e dos cestos Baniwa. A figura 28 ilustra os artesanatos encontrados na aldeia Tuyuka, em destaque os arcos e flechas construídos com restos de madeira, ornados com os grafismos da etnia.

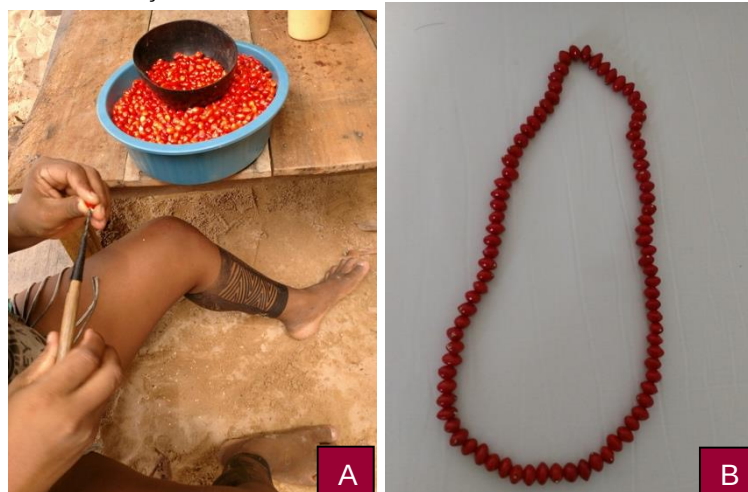
Figura 28 A e B - Arco e flecha confeccionados na aldeia.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Em uma das visitas à aldeia, presenciamos uma artesã fabricando um colar feito com sementes coletadas nas redondezas (figura 29), nos chamou a atenção por ser uma peça diferente das demais, geralmente confeccionadas com caroço de açaí. Segundo a artesã, esse tipo de colar vende rápido, mas nem sempre tem tempo para fazer porque “precisa participar das apresentações culturais para os turistas”.

Figura 29 - Confeção de colar com sementes coletadas no entorno da aldeia.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

► Turismo

Desde as primeiras visitas à aldeia Tuyuka, constatamos as suas dificuldades, as quais estão presentes nos relatos obre a trajetória da saída do Núcleo do Diakuru, a falta de perspectiva de um lugar aonde ir e sem recursos para obterem a alimentação. Certamente foi essa situação de vulnerabilidade que os levou a firmar acordos com guias e, principalmente, com pirangueiros, aumentando sensivelmente os problemas na aldeia. Observamos que esses agentes sociais externos, vendo a difícil situação dos moradores, os fez vender as apresentações culturais para os turistas/visitantes a preços irrisórios, chegando ao ponto de realizarem rituais fiado, conforme já citamos.

Embora sejam visíveis as mudanças observadas ao longo de cada visita realizada na aldeia, principalmente em termos de estrutura, decorrente da transferência para a parte de cima do terreno, onde construíram suas casas e seus pequenos roçados. Entretanto, continuam trabalhando exclusivamente com os pirangueiros, ou seja, negociando suas apresentações culturais por preços injustos. Conforme nos relataram, o valor das apresentações varia entre R\$ 30,00 (trinta reais) a R\$ 50,00 (cinquenta reais) por lancha, independentemente do número de pessoas. Afirmam que quase sempre acabam recebendo R\$1,00 (um real) por turista /visitante. É importante frisar que eles têm consciência que são explorados, que estão envolvidos em uma negociação injusta e desonesta, contudo, “por precisarem, por contarem só com esses pirangueiros”, acabam aceitando essa negociação.

Apesar dessa situação, seguem se estruturando para receber os turistas. A oca de apresentações culturais está sempre arrumada, o telhado enfeitado com filtros dos sonhos grandes, artesanatos postos à venda nos suportes que confeccionam e os instrumentos musicais posicionados em lugar destinado para tal (figura 30).

Figura 30 - Oca de apresentação na praia/aldeia Tuyuka.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Além da organização do espaço da oca, os moradores também se preparam para a chegada dos turistas. As pinturas corporais são feitas logo nas primeiras horas do dia, as vestimentas, os colares e cocares são cuidadosamente selecionados para as apresentações culturais. Depois de arrumados seguem o dia a espera dos pirangueiros com os turistas (figura 31).

Figura 31 - Indígenas Tuyuka aguardando a chegada dos turistas/visitantes.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Em termos gerais o dia a dia das quatro comunidades são bem semelhantes. Tais similitudes, em parte, se explicam pelo fato de terem sido criadas pelos mesmos propósitos: o turismo.

3. OS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NOS “NÚCLEOS INDÍGENAS” E SUAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS



3. OS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NOS “NÚCLEOS INDÍGENAS” E SUAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Iniciaremos essa seção destacando os problemas estruturais, em outras palavras, a precariedade ou mesmo inexistência de infraestrutura básica no Núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e nas comunidades Cipiá e Tatuyo, fato que compromete a vida dos seus moradores e dos inúmeros turistas que todos os dias os visitam. Ao evidenciarmos esses problemas chamamos a atenção para a limitação de políticas públicas voltadas para os moradores supracitados, bem como para as demais comunidades tradicionais e indígenas localizadas nas RDS do Tupé e da Puranga Conquista.

3.1 PROBLEMAS RELACIONADOS À INFRAESTRUTURA

A falta de infraestrutura é um aspecto crucial no cotidiano das comunidades, que diariamente se mobilizam para ajustar as atividades turísticas desenvolvidas as suas condições reais de existência no lugar. Assim, improvisam, fazem reparos nas ocas e casas, lutam contra os riscos de desmoronamentos, dentre outros. Para exemplificar tais problemas destacamos algumas figuras, a começar pela de n.32, que ilustra a escada de acesso a comunidade Tuyuka, construída com degraus de madeira numa área de deslizamento de terra, e, portanto, de grande risco.

Figura 32 - Escada de acesso a parte superior da aldeia.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

É por meio dessa escada que diariamente crianças, adultos e idosos (moradores e turistas) acessam a oca de apresentações culturais localizada na área de terra firme. Na figura 33 podemos verificar pedaços de tronco de árvores e o solo exposto decorrentes dos deslizamentos de terra, evidenciando os perigos eminentes.

Um outro problema presente nos “núcleos indígenas” é o descarte de lixo em local inadequado. Segundo relatos dos moradores grande parte do lixo é queimado, pois não dispõem de meios para transportá-lo¹² até a cidade de Manaus. Indagamos sobre a existência de algum projeto de coleta seletiva, estes nos responderam que “se tem não sabem”, afirmando desconhecer qualquer iniciativa dessa natureza nas RDS do Tupé e da Puranga Conquista. A figura 35 mostra o local onde é descartado e queimado o lixo na aldeia Tuyuka, um local muito próximo da oca de apresentação cultural e de trânsito de turistas.

¹² A maioria absoluta do lixo produzido nas comunidades são oriundos do consumo de produtos industrializados, principalmente, as embalagens de plástico.

Figura 33 - Descarte de lixo.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

De modo geral, as áreas circundantes as ocas de apresentação cultural são bem limpas, há um cuidado em manter o local sempre organizado, porém, ao adentrarmos as comunidades verificamos o modo inapropriado de descartar os resíduos sólidos, principalmente pela opção em queimá-los.

Um dos aspectos que denunciam a precariedade na infraestrutura turística é a inexistência de banheiros. Na Cipiá há uma espécie de “fossa sanitária”, caracterizando-se por uma abertura no solo com revestimento, um pouco mais elaborada que a fossa negra, sendo a única comunidade a possuir esse recurso; nas demais não há nem mesmo algo parecido. Portanto, caso algum turista necessite usar um banheiro, terá que ir até a floresta. Na figura 34 podemos verificar a estrutura do banheiro encontrado na comunidade Cipiá.

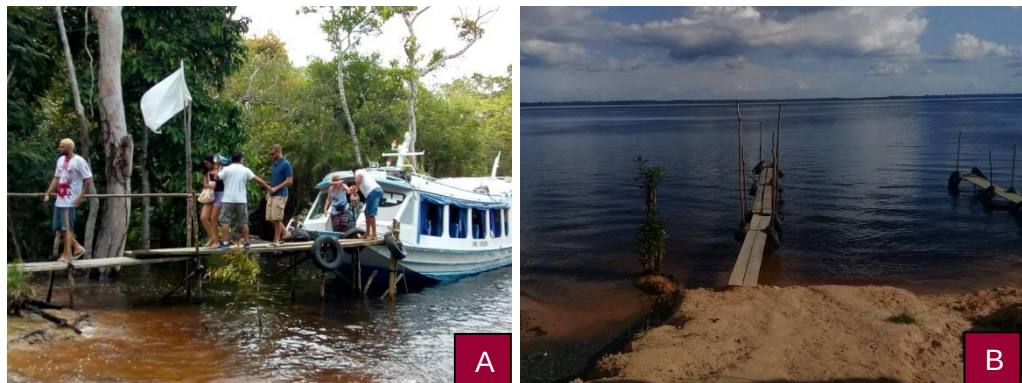
Figura 34 - Banheiro comunidade Cipiá.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Em todas as comunidades o local destinado ao embarque e desembarque de turistas não apresenta uma estrutura adequada, como pode ser visto na figura 35, portanto, com grande probabilidade de acidentes. Isso ocorre porque as comunidades não dispõem de meios financeiros para se estruturarem minimamente para o turismo.

Figura 35 - A e B - Área de desembarque de turistas.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Já mostramos em páginas precedentes que as ocas de apresentação cultural foram construídas na praia, portanto, sujeitas aos impactos ocasionados pelos ciclos do rio Negro (cheia e vazante). Nas figuras 36, 37 e 38 podemos observar que comunidade Tatuyo, aldeia Tuyuka e núcleo do Diakuru sofreram severamente no período da cheia, perdendo seus espaços de visita para as águas. A comunidade Cipiá construiu sua oca distante da praia, suportando a subida do rio Negro sem grandes impactos.

Figura 36 - Aldeia Tuyuka na cheia do Rio Negro.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2019.

Figura 37 - Comunidade tatuyo na cheia do rio negro.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2019.

Figura 38 - Comunidade Cipiá na cheia do Rio Negro.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2019.

Um problema extremamente sério, pois envolve diretamente a condição de saúde, refere-se ao acesso de água potável. Na comunidade Tatuyo (figura 39), a água é retirada de uma fonte no terreno do vizinho que lhes cobra uma taxa pelo uso dessa água. Embora essa cobrança seja algo inadmissível, infelizmente é uma realidade vivida pelos moradores, que ainda precisam transportar a água coletada por uma longa distância até suas moradias.

Figura 39 A e B - Poço que os Tatuyo retiram a água para beber.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

A figura 40 mostra o poço utilizado no núcleo do Diakuru, que apesar de estar localizado na “propriedade” do referido núcleo, ele só pode ser utilizado no período da seca, ficando submerso no período da cheia do rio. Portanto, os moradores também enfrentam problemas para acessar água potável durante uma parte do ano, tendo que buscar outras estratégias, nem sempre as mais adequadas, conforme os relatos dos moradores.

Figura 40 - Poço utilizado pelo núcleo do Diakuru.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2018.

Está posto nas discussões sobre a implementação de atividades turísticas a importância do planejamento e da organização do espaço turístico, infelizmente, a forma como o turismo chegou até o núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e das comunidades Cipiá e Tatuyo, inviabilizou a realização do planejamento que direcionasse as práticas turísticas nessas áreas naturais, caminhou-se diretamente para realização. O atual cenário apresenta oferta e demanda, mas falta infraestrutura

básica, e, principalmente o ordenamento. Vale assinalar, que nesse cenário, o ordenamento faz-se urgente, sendo o caminho necessário para um turismo sustentável, e, de fato, comunitário.

É importante reiterarmos que os problemas relacionados a falta de infraestrutura encontrados no núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e nas comunidades Cipiá e Tatuyo, também possuem estreita relação com a carência de políticas públicas. Esse cenário inviabiliza a garantia dos direitos a dignidade humana, conforme preconiza a Constituição Federal Brasileira, assim, os indígenas operam cotidianamente com aquilo que eles próprios podem oferecer.

3.2 PROBLEMAS RELACIONADOS AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dando continuidade à análise dos problemas encontrados nas comunidades, relacionamos àqueles que possuem relação direta com a carência de políticas públicas. Tais problemas já foram elencados no nosso relatório parcial, bem como na perícia antropológica feita pelo representante do Ministério Público Federal. Contudo, muitos desses problemas persistem, por isso os trazemos para este relatório final, de modo a refletir sobre os possíveis caminhos para dirimi-los, destacando os caminhos já percorridos e/ou em curso visando um cenário mais propício para as comunidades.

Os problemas verificados nas comunidades são bastante complexos, sendo imprescindíveis medidas a curto, médio e longo prazos, como garantia para o ordenamento do turismo, mas, sobretudo, para garantir uma vida mais digna aos moradores. Agrupamos os problemas nos seguintes eixos: saúde, educação, direitos sociais e turismo, considerando os dados fornecidos pelos próprios indígenas. As sugestões e encaminhamentos também foram embasados nas falas dos indígenas durante o trabalho de campo.

► Saúde

- Irregularidade no atendimento as comunidades / o barco de saúde não cumpre o calendário de visitas;
- Atendimento precário (no barco de saúde há pouquíssimos médicos);
- Falta de medicamentos;
- Dificuldade para acessar o serviço do SAMU;

- Falta de acompanhamento do pré-natal;
- Inexistência de atendimento dentário;
- Vacinas atrasadas em virtude da demora do barco da saúde;
- Dificuldade para acessar água potável (Diakuru, Tuyuka e Tatuyo).

Cabe esclarecer que o atendimento realizado pelo barco de saúde não chega até os “núcleos indígenas”; somente na comunidade São João do Tupé, devendo, assim, o deslocamento dos indígenas para comunidade citada, dificultando seu traslado, pois nem todas as famílias dispõem de recursos para sua locomoção. As comunidades também podem procurar os postos de atendimento tanto na São João do Tupé como em outras localizadas na RDS da Puranga Conquista, contudo, alegam que nesses postos a precariedade é a mesma.

Passados quase dois anos da primeira visita às comunidades, infelizmente nenhum desses problemas concernentes à saúde foram sanados ou tiveram algum tipo de encaminhamento até o 25 de junho de 2019 (último dia que a equipe do Neicam foi a campo). Fomos informados pelas lideranças que algumas ações foram feitas pela equipe de saúde, mas apenas com a função paliativa, pois continuam enfrentando os mesmos problemas, ou seja, a precariedade na oferta do serviço de atendimento básico a saúde.

SUGESTÕES

1. Maior fiscalização por parte do órgão competente, atentando para a periodicidade da embarcação da SEMSA e do atendimento realizado.
2. Maior oferta no serviço prestado: ampliação do número de médicos para o atendimento.
3. Prover o atendimento via SAMU, mediante uma visão mais sensível sobre o que sejam os “casos de urgência”.
4. Melhorar o atendimento nos postos de saúde existentes nas comunidades, a exemplo do localizado na comunidade São João do Tupé, equipando com medicamentos e ações de saúde preventiva e social.
5. Incluir tratamento odontológico, especialmente por meio de projetos de saúde coletiva, firmando parcerias com faculdades de saúde, a exemplo da UEA e UFAM.
6. Valorizar o uso da medicina tradicional, incentivando e viabilizando cursos e a formação de agentes de saúde indígena.
7. Verificar junto ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) ações que possam ser realizadas em parceria.
8. Viabilizar acompanhamento no tratamento do alcoolismo e de doenças mentais.

- Falta de transporte escolar;
- Transporte de crianças sem coletes salva vidas;
- Irregularidade no calendário escolar;
- Escola não está preparada para trabalhar com a diversidade cultural.

A mesma realidade observada em relação à saúde se repete no âmbito da educação, ou seja, nada mudou. Verificamos que os moradores continuam enfrentando os mesmos problemas, para algumas lideranças a situação até piorou em 2019. Há relatos de que, na primeira semana de retorno das aulas estas foram suspensas, fazendo com que as crianças ficassem sem frequentar a escola, fato que teria causado muita frustração e preocupação entre as famílias.

Já destacamos neste relatório como a questão da educação é um problema grave, infelizmente também vivenciado por outras comunidades localizadas nas RDS do Tupé e da Puranga Conquista. Durante uma reunião do Conselho Gestor da RDS do Tupé, ao apresentar os dados parciais do estudo socioantropológico, algumas pessoas se manifestaram, afirmando terem os mesmos problemas em suas comunidades, mostrando-se indignados com o desrespeito no acesso a esse direito constitucional.

Contudo, um fato, em particular, nos chamou a atenção: a fala dos líderes das comunidades Cipiá e Tatuyo e da Aldeia Tuyuka sobre a “escola não estar preparada para a diversidade cultural”, referindo-se às dificuldades por parte dos professores em lidar com alunos bilíngues e portadores de uma identidade cultural diferente da deles. Nesse contexto, ressaltamos que na formação dos professores não há um componente teórico-metodológico que os habilitem a trabalhar com essa diversidade cultural, os próprios conteúdos dos livros didáticos são permeados por informações descontextualizadas da realidade cultural, social e ambiental na qual estão inseridos.

SUGESTÕES
1. Mobilizar os pais para criação ou participação nas associações de pais e mestres das escolas, principalmente na educação infantil.
2. Maior fiscalização por parte do órgão competente nas escolas quanto a: segurança das embarcações, assiduidade dos funcionários da escola, combustível para realizar o transporte, merenda escolar, dentre outros.

3. Incentivar e apoiar as comunidades na implementação de centros culturais nos quais possam acessar conteúdo específico ao ensino da cultura e da língua indígena.
4. Incentivar e apoiar os jovens na continuidade dos estudos. Há uma situação de vulnerabilidade latente entre os jovens, sendo imprescindível a oferta de cursos de curta duração que os envolvam em atividades educativas.
5. Parceria com Universidades e Institutos tecnológicos para a implantação de cursos direcionados aos jovens por meio de projetos de extensão.

► Direitos Sociais

Como qualquer cidadão, para que os indígenas gozem de seus direitos básicos faz-se necessário o acesso aos documentos como Certidão de Nascimento, Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Título de Eleitor, Carteira de Trabalho e Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI). Infelizmente, foi identificado durante o levantamento de dados que um número significativo de indígenas não possui alguns desses documentos. A dificuldade para acessá-los estaria no deslocamento para Manaus e na comunicação em português. Dessa forma, “muitas viagens são perdidas”, pois acabam retornando sem conseguir resolver o assunto que os levou até a cidade.

A relação dos indígenas sem documentação foi encaminhada para todas as instituições que compõem o Grupo de Trabalho Indígena, sendo solicitando especial atenção da Fundação Estadual do Índio (FEI) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por serem os órgãos que atuam diretamente com as questões indígenas. O encaminhamento da relação dos indígenas sem documentação para a FEI e a FUNAI ocorreu no mês de junho de 2018 para que fossem tomadas as devidas providências. Reiteramos que até a conclusão desse relatório não ocorreu ação para retirada dos documentos desses indígenas.

SUGESTÕES

1. Realizar uma ação coletiva envolvendo as instituições responsáveis, de modo a providenciar a retirada dos documentos pendentes. Essa ação pode ser na comunidade São João do Tupé, propiciando assim, que outras pessoas possam ser contempladas com o serviço, ou na cidade de Manaus, sendo necessário uma logística para o atendimento.
2. Orientação qualificada fornecida por profissional da área do Serviço de Social quanto aos procedimentos para acessar direitos, tais como: Bolsa Família, auxílio maternidade, dentre outros. Muitos direitos não são acessados pelos indígenas por desconhecerem os trâmites.

► Turismo

Da primeira ida a campo até a finalização do estudo, o contexto envolvendo o turismo na aldeia Tuyuka, no núcleo do Diakuru e nas comunidades Cipiá e Tatuyo pouco mudou. Infelizmente o turismo praticado nessas comunidades ocorre em meio a inúmeros problemas, resultantes da própria forma como ele foi concebido e está sendo realizado. Elencamos a seguir os problemas já apresentados no relatório parcial, a saber:

- Recebimento dos turistas/visitantes a qualquer horário – não há agendamento;
- Negociação prioritariamente com pirangueiros, fato que leva a preços irrisórios e a realização de muitas apresentações durante o dia, de modo, a “obter uma renda melhor”;
- Relação assimétrica entre as comunidades e os agentes sociais externos (agências, guias, pirangueiros);
- Relação conflituosa entre as comunidades causada pelas atitudes desonestas dos pirangueiros quanto aos preços cobrados pelas apresentações culturais para os turistas;
- Realização de apresentações culturais fiadas, fato relatado na aldeia Tuyuka;
- Grande rotatividade de pessoas que participam das danças, principalmente no núcleo do Diakuru;
- Abusos e intromissões de alguns guias e pirangueiros em relação a realização das danças e as mulheres;
- Centralização das atividades nas mãos dos líderes das comunidades;
- Falta de transparência na divisão da renda obtida com o turismo, por parte das lideranças indígenas, que centralizam as negociações com os agentes do turismo, bem como os ganhos obtidos.

Em termos gerais, esses são os problemas que persistem nas quatro comunidades. Cabe reiterarmos que os indígenas dessas comunidades estão envolvidos com o turismo há bastante tempo, antes mesmo de se fixarem nas RDS do Tupé e da Puranga Conquista, é o caso do sr. D.. Portanto, possuem larga experiência com o turismo, infelizmente, ao que podemos perceber, tiveram como “modelo” um turismo nos moldes capitalista, totalmente avesso aos moldes do Turismo Comunitário.

O turismo, quando pautado nos princípios da sustentabilidade, da organização coletiva e participativa, é uma ferramenta importante na valorização do lugar e na promoção dos patrimônios culturais e naturais. Contudo, o turismo hoje realizado nas comunidades indígenas criadas nas RDS supracitadas, em sua maioria, parece desconsiderar o contexto, ou seja, a importância de uma Unidade de Conservação - a diversidade cultural e ambiental que ela abriga.

Nesse contexto é um grande desafio para a gestão, uma governança mais atuante e envolvida, buscando um consenso entre as ações que atendam os anseios das comunidades, mas que também promovam a visitação com responsabilidade ambiental. Com o intuito de contribuirmos para a construção de um novo cenário do turismo nas quatro comunidades, apontamos as seguintes sugestões:

SUGESTÕES
Amazonastur
1. Acompanhar e contribuir para a implementação do Acordo de Visitação;
2. Propiciar o cadastro dos operadores do turismo de modo a inibir as práticas irregulares dos pirangueiros;
3. Realizar campanhas de sensibilização abordando temas como: crime de assédio sexual, exploração de animais silvestres, crime de apropriação intelectual, dentre outros;
4. Promover treinamentos, capacitações e/ou oficinas para os moradores das comunidades com vistas ao ordenamento do turismo;
5. Viabilizar a infraestrutura turística (melhorias estruturais necessárias a realização das atividades turísticas com segurança);
6. Contribuir com a realização de campanhas que desmistifiquem as ideias equivocadas sobre quem são e como vivem os povos indígenas na contemporaneidade.
SEMMAS e SEMA
1. Ampliar a fiscalização (conforme já estipula a própria normatização referente ao ingresso em Unidade de Conservação) por parte dos órgãos gestores das RDS do Tupé e da Puranga Conquista;
2. Discutir com as comunidades atividades alternativas ao turismo, tirando o foco exclusivo deste, incentivando as atividades agrícolas, a avicultura, apicultura, artesanato, dentre outros;
3. Acompanhar a implementação do Acordo de Visitação;
4. Fazer parcerias com as Universidades para a realização de projetos de extensão em diversas áreas, direcionados particularmente para os jovens;
5. Ampliar as discussões sobre as regras de visitação em comunidades (indígenas e não indígenas) localizadas nas Unidades de Conservação do Amazonas,

envolvendo os GTs já instituídos e demais instituições envolvidas direta e indiretamente com o turismo.

6. Inserir membros das comunidades indígenas nas reuniões dos Conselhos, sobretudo nas reuniões do GT, propiciando um rodízio de participação.

Núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e comunidades Cipiá e Tatuyo

1. Criação de associações como mecanismo para descentralizar as atividades em torno da gestão das atividades, particularmente do turismo;

2. Maior transparência na contabilidade e gerenciamento dos recursos advindos por meio do turismo;

3. Criação de escala de trabalho com identificação dos dias trabalhados e das folgas;

4. Realização de atividades alternativas ao turismo;

5. Elaborar coletivamente um documento com as demandas de minicursos e oficinas voltadas para a melhorias das atividades em torno do turismo;

6. Participação nos cursos e oficinas ofertadas pelos órgãos gestores das RDS, Amazonastur e outros.

3.3 ORDENAMENTO DO TURISMO E SUA RELAÇÃO COM OS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NOS “NÚCLEOS INDÍGENAS”.

A forma como o turismo se apresenta no núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e comunidades Cipiá e Tatuyo, ou melhor, como a própria criação dessas comunidades estão intrínsecas ao turismo, são a essência dos problemas identificados. A falta de ordenamento em torno dessa atividade, em especial, pelas relações assimétricas entre os agentes do turismo, a exemplo da relação com os pirangueiros.

Já foi frisado em páginas precedentes que são os pirangueiros quem estabelecem os preços das apresentações culturais, quando deveria ser as lideranças das comunidades. Além dos pirangueiros decidirem os preços, o valor ofertado é irrisório, fato que os coloca em uma relação de exploração da força de trabalho, pois para obterem uma renda razoável, se submetem a uma jornada de trabalho exaustiva. Os preços baixos também são desrespeitosos com a cultura indígena, pois o patrimônio cultural material e imaterial são contabilizados como uma mercadoria barata.

No contexto dos impactos negativos dessa relação com os pirangueiros, é imprescindível citarmos, que esses agentes exercem uma interferência danosa ao propagarem uma visão distorcida sobre a cultura indígena e sobre o que imaginam ser a “autenticidade”. Com o intuito de apresentarem aos turistas uma “comunidade

indígena de verdade”, acabam por reafirmar estereótipos. De acordo com os líderes indígenas, são regras impostas pelos pirangueiros:

“Que as danças sejam apresentadas com vários pares, porque é mais bonito, devendo ser convocados de outros lugares indígenas para participarem delas; Que nas apresentações culturais as mulheres fiquem sem o sutiã, para parecer autêntica a apresentação; Que não estejam à mostra eletrodomésticos e demais objetos não indígenas, pois “descaracterizam” - o turista vai achar que “não são índios de verdade”.

Em conversa com as lideranças, perguntamos como eram as apresentações culturais anos 2000, quando começaram a trabalhar com o turismo na comunidade São João do Tupé. Os moradores nos responderam que as mulheres se apresentavam com sutiã, como podemos verificar na figura 42, e que teria sido por “sugestão” dos guias a retirada dos sutiãs, para mostrarem que “eram índios de verdade”.

Figura 41 A e B - Apresentação para os turistas.



Fonte: Arquivo pessoal do sr. D. (2000).

No início dos anos 2000, como demonstra a figura 42, as mulheres usavam sutiã, e isso em nada afetava a identidade étnica. Passados quase vinte anos,

presenciamos um retrocesso, uma vez que a retirada dos sutiãs representa uma imposição, frente a uma visão equivocada do que seja a cultura, a tradição e a identidade.

A historiografia nos mostra que desde os primórdios da colonização as representações sobre a Amazônia foram permeadas por visões imaginadas, Neide Gondim (1994) em “A Invenção da Amazônia”, nos proporciona um contexto sobre essas representações. Cabe assinalar que elas atravessam os séculos, um bom exemplo, é o observado na divulgação dos atrativos ofertados pelo destino: Amazônia, que alimenta um imaginário estereotipado sobre os povos indígenas e suas culturas. Portanto, chamamos a atenção para maior leitura sobre as dinâmicas sociais e sobre os inúmeros acontecimentos que marcam a vida dos povos indígenas na contemporaneidade.

Vale sempre lembrar que já se passaram mais de 500 anos da chegada do colonizador, e que aquela imagem dos “índios” com arco e flecha na mão, retratada nas gravuras, não pode ser, referência sobre quem são e como vivem os povos indígenas, principalmente considerando os novos contextos. A cultura e a identidade cultural não devem ser avaliadas a partir de uma visão essencialista, guiada por uma ideia equivocada que toma como representação somente os elementos diacríticos, esquecendo que os inúmeros processos indenitários estão intrínsecos aos saberes, às relações com o sistema ambiental e com as mitologias próprias à vida cotidiana e que explicam quem são e como se constituem os povos indígenas.

O ordenamento do turismo nas quatro comunidades analisadas está em curso. O Acordo de Visitação foi construído coletivamente pelos membros do GT Indígena, composto por representantes de instituições e das comunidades. Portanto, esse é um momento oportuno para rever os caminhos percorridos até aqui, para implementar ações que minimizem a propagação de dados e informações errôneas quanto as práticas e tradições indígenas, tendo a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur), papel preponderante nesse processo.

É evidente que o turismo é uma das alternativas importantes para essas comunidades indígenas localizadas em Unidades de Conservação, pelas suas distintas possibilidades: ser geradora de ganhos econômicos, autonomia e valorização cultural. Entretanto, mediante o ordenamento do turismo e da implementação de políticas públicas voltadas para as populações que vivem em áreas protegidas.

4. CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO INSTITUCIONAL PARA O ORDENAMENTO TURÍSTICO DOS NÚCLEOS INDÍGENAS DO BAIXO RIO NEGRO (GT INDÍGENAS TUPÉ/PURANGA/PS)



4. CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO INSTITUCIONAL PARA O ORDENAMENTO TURÍSTICO DOS NÚCLEOS INDÍGENAS DO BAIXO RIO NEGRO (GT INDÍGENAS TUPÉ/PURANGA/PS)

Esta seção contextualiza o GT Indígenas Tupé/Puranga/PS, criado pela SEMMAS e SEMA no dia 20 de outubro de 2016, que agregou representantes das seguintes Instituições: FUNAI, FEI, Manauscult, Amazonastur, UEA-NEICAM¹³ e Ministério Público Federal (MPF), tendo como motivação para criá-lo o ordenamento do turismo no núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e nas comunidades Cipiá e Tatuyo, localizadas nas RDSs do Tupé e Puranga Conquista, em virtude dos inúmeros problemas envolvendo tais comunidade. Passados mais de dois anos de sua criação consideramos que o GT extrapolou o objetivo inicial, tornando-se hoje um espaço para discutir, planejar e viabilizar o ordenamento do turismo na região do Baixo Rio Negro e nas demais localidades onde haja experiências indígenas com o turismo.

Um passo importante para o fortalecimento do GT Indígenas Tupé/Puranga/PS, ocorreu durante a Audiência Pública do dia 15 de maio de 2019, realizada para “discussão sobre o ordenamento turístico dos núcleos indígenas no Baixo Rio Negro”. Nesse dia, ao término da Audiência, ficou dentre os encaminhamentos, a sua oficialização como “Grupo Interinstitucional para o Ordenamento Turístico dos Núcleos Indígenas do Baixo Rio Negro”. Consideramos essa oficialização um reconhecimento da relevância de seu papel no contexto do ordenamento do turismo concernente aos “núcleos indígenas”, bem como sobre sua atuação em contextos mais abrangentes, no estado do Amazonas.

A inserção do Neicam no referido GT propiciou a realização do estudo socioantropológico nas comunidades supracitadas, oportunizando a apreensão das suas complexas dinâmicas, desvelando problemas para os quais não há soluções unívocas. Contudo, compor o GT nos leva a confiar em soluções que possam vir a curto, médio e longo prazos, por meio do esforço coletivo das instituições nele representadas. Reiteramos que os dados apresentados neste relatório são fruto do trabalho de campo, que no espaço de discussão do GT Indígena, se consubstanciou em dados analisados e refletidos coletivamente. A seguir apresentamos um exemplo desse trabalho coletivo, a saber: a construção do Acordo de Visitação.

¹³A UEA, representada pelo NEICAM, foi inserida em fevereiro de 2017.

4.1 OFICINAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ACORDO DE VISITAÇÃO: caminhos para o ordenamento do turismo nos “núcleos indígenas”

Os conflitos observados nas comunidades, em virtude dos desacordos em relação aos preços estipulados para as apresentações culturais, e, sobretudo, pela constatação de uma situação de exploração e desrespeito por parte dos pirangueiros para com as comunidades, foram determinantes na propositura do GT Indígena da realização de oficinas participativas para tratar sobre o ordenamento do turismo nas comunidades.

As oficinas, nesse sentido, objetivaram a construção coletiva de um instrumento que contribuísse para regulamentação das atividades turísticas realizadas pelos indígenas da RDS do Tupé e da RDS Puranga Conquista. Assim, nos dias **31/10** e **29/11 de 2018**, foram realizadas na Escola Superior de Artes e Turismo (UEA), Universidade do Estado do Amazonas, as oficinas com a presença das lideranças indígenas das comunidades Cipiá e Tatuayo, da aldeia Tuyuka, do núcleo Diakuru, dos representantes do referido GT, e, também de outras Instituições, como pode ser observado nas listas de frequência em anexo.

Podemos afirmar que essas oficinas foram fundamentais e marcaram o início do processo de ordenamento do turismo nas comunidades indígenas, mediante a construção de um dispositivo capaz de modificar o cenário de conflitos, exploração e de relações assimétricas envolvendo os “agentes do turismo”. Portanto, representa o caminhar em direção de um turismo sustentável – primando pelo respeito ao sistema ambiental e a diversidade cultural, entendido como intrínsecos.

A partir daqui faremos uma descrição dessas oficinas, analisando os assuntos abordados e os encaminhamentos. A primeira, ocorrida no dia **31 de outubro de 2017**, iniciou com a apresentação de cada um dos presentes, em seguida, partiu-se para a discussão das principais demandas apontadas pelas comunidades – os problemas vivenciados, os conflitos oriundos dos valores cobrados nas apresentações para os turistas e das relações estabelecidas com os “agentes do turismo”. No decorrer da oficina o grupo foi estruturando o escopo do Acordo de Visitação. Podemos dizer que um primeiro desenho foi estruturado no primeiro dia de oficina, cabendo ao GT Indígena, fazer algumas adequações estruturais, no sentido de adequá-lo ao formato de um instrumento legal. Na figura 43 apresentamos alguns dos

momentos da oficina, e, particularmente para evidenciar o número significativo de pessoas participando dessa construção.

Figura 42 - Participantes da primeira oficina 31.10.2017



Fonte: Arquivos NEICAM, 2017.

A segunda oficina aconteceu no dia **29 de novembro de 2017** e foi conduzida com a mesma metodologia participativa, começando com a discussão sobre o esboço do Acordo de Visitação construído na oficina anterior. Para que todos pudessem acompanhar (discutindo, suprimindo e incorporando novos elementos), foi utilizado um Datashow. Dentre os participantes da oficina estavam os representantes dos órgãos gestores das RDS do Tupé (SEMMAS) e RDS Puranga Conquista (SEMA), FUNAI, FEI, MPF, Amazonastur, Manauscult e UEA/NEICAM, além de outros agentes sociais. A figura 43 traz alguns registros da oficina.

Figura 43 - Participantes da segunda oficina dia 29.11.2017



Fonte: Arquivos NEICAM, 2017.

No que tange aos preços cobrados, desde a primeira oficina ficou acertado que as apresentações culturais de danças indígenas, somadas as fotos tiradas após as apresentações, estariam assim “tabeladas”: de uma a cinco pessoas R\$100,00 (cem reais), a partir de seis pessoas, o preço seria de R\$20,00 (vinte reais) por pessoa; crianças pagariam meia entrada (até 12 anos) e outros serviços/atrativos seriam ofertados à parte com valores diferenciados, a serem fixados em uma tabela feita posteriormente.

Cabe assinalar que esses preços deveriam ser efetivados no intervalo da primeira oficina para a segunda, contudo, segundo os relatos dos líderes indígenas, esses preços foram cobrados somente por um curto período. O descumprimento do acordo teria se dado devido às tensões existentes entre os membros das comunidades entre si, e, entre estes, e os pirangueiros. Os indígenas também atribuíram o descumprimento do acordo a “ausência de fiscalização” no local, por parte dos órgãos gestores das RDS e do turismo.

Tal acontecimento conduziu as discussões, durante a segunda oficina, aos fatores que dificultam a construção e a implementação do Acordo de Visitação, e, consequentemente, que dificultam o ordenamento do turismo nos “núcleos indígenas”.

Destacamos algumas falas proferidas durante as discussões, tidas como emblemáticas da complexidade envolvendo o ordenamento do turismo:

Quero chegar a esse acordo, regularizar, melhorar o nosso trabalho. É preciso união, que todas as comunidades aceitem, fechem esse acordo, mas sempre um parente acaba desfazendo tudo (F., comunidade Cipiá).

José Maria e nós somos os mais prejudicados.... as comunidades Cipiá e Tatuyo trabalham direto com as agências, nos só trabalhamos com os pirangueiros, como nós iremos ficar? Tenho crianças, como elas vão ficar se não tiver esse dinheirinho, o governo vai nos ajudar? É assim que penso... (G., aldeia Tuyuka).

Mostrei o papel com o que acertamos na primeira oficina para algumas empresas, pirangueiros, visitantes e muitos dizem que esse documento era um “rolo”, conversa fiada.... não vai adiantar de nada (H., comunidade Tatuyo).

Essas falas são representações das constatações já feitas pelo GT Indígena, antes mesmo da realização das oficinas. A equipe do Neicam em sua primeira ida a campo observava esse jogo empreendido principalmente pelos pirangueiros. Tal jogo, provoca uma pressão sobre os indígenas, envolvendo-os em uma espécie de chantagem para fazê-los seguir as condições impostas por esses pirangueiros, que se constitui exatamente em não ter regras. Os indígenas por estarem envolvidos nas condições impostas pelos pirangueiros, acabam também contribuindo para a existência de um turismo insustentável, com sérios impactos negativos, cujo alvo principal são os próprios indígenas.

A ação dos pirangueiros, bem como a de muitos guias, promove a disseminação entre as comunidades da cobrança de preços baixíssimos pelas apresentações culturais, alimentada pelo medo da falta de turistas. Os pirangueiros também exploram a imagem das crianças indígenas, banalizam as práticas culturais indígenas, incentivam (muitas vezes exigem) a presença de animais da fauna local durante a visita dos turistas, e ainda, convencem os indígenas a alimentarem a imagem do “índio da colonização”, cristalizado no tempo, paralisado frente às inúmeras dinâmicas do mundo contemporâneo.

É perceptível, tanto na primeira quanto na segunda oficina, o desejo das lideranças por mudanças nesse cenário. Para alguns, a exemplo do líder da comunidade Cipiá, é insustentável tal situação; ele considera urgente desfazer esses laços de subserviência. No entanto, também é observado o individualismo de outros, enfraquecendo, assim, o grupo.

A respeito da exposição de animais silvestres, foi relatado para a equipe do Neicam, que muitas vezes isso ocorre por sugestão de alguns guias e pirangueiros “para melhorar o turismo nas comunidades”, pois os “turistas gostam de ver os animais”, “para ficar mais autêntico com uma comunidade indígena”. Vale esclarecer que, de fato, em comunidades indígenas há animais silvestres, tidos como parte integrante da vida cotidiana, porém as circunstâncias e a forma como os animais são inseridos no âmbito do turismo são completamente diferentes.

No decorrer da oficina também abordamos a situação de vulnerabilidade das crianças, a exposição demasiada nas apresentações a ponto de comprometer o desempenho na escola, subsidiando a incorporação de aspectos fundamentais dispostos na versão final do Acordo de Visitação (tanto na versão da SEMMAS, quanto da SEMA), em anexo neste relatório.

A proibição de bebidas alcoólicas foi outro item incorporado no texto do Acordo de Visitação, devido ser um problema grave que afeta sensivelmente o cotidiano das comunidades, sendo muitas vezes levadas pelos próprios pirangueiros, fato presenciado pela equipe do Neicam em uma das comunidades.

De modo geral, durante as oficinas as falas das lideranças com os relatos dos problemas vivenciados nas comunidades foram embasando o texto, formando o Acordo de Visitação, embora reconheçamos que muitos pontos não foram possíveis de serem incorporados, mas sem dúvida, o texto final representa um avanço rumo ao ordenamento.

4.2 PERCURSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE VISITAÇÃO

Efetivada uma das partes importantes do processo de ordenamento do turismo no Baixo Rio Negro – a elaboração coletiva do Acordo de Visitação, entramos em uma outra - a implementação Acordo de Visitação, possivelmente uma das mais difíceis.

Da elaboração do texto do acordo, até a tramitação nos respectivos setores jurídico da SEMMAS e SEMA, passou alguns meses, somente após essa análise jurídica teve início o processo de legitimação nos Conselhos Gestores. No dia 20 de março de 2019, durante a reunião do Conselho Deliberativo da RDS do Tupé, na comunidade Colônia Central na RDS do Tupé, foi aprovada a Resolução do Acordo de Visitação para os indígenas da RDS do Tupé. A aprovação do acordo no âmbito

da SEMA, ocorreu no dia 10 de maio de 2019 na Aldeia Nova Esperança localizada na RDS Puranga Conquista, durante a reunião do Conselho Gestor.

Seguindo os percursos da regulamentação do turismo nas comunidades indígenas, aconteceu no dia 15 de maio de 2019, no Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável Professor Roberto Vieira, localizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, a Audiência Pública para debater o ordenamento da atividade turística realizada pelas comunidades indígenas (figura 45). Estiveram presentes na audiência os indígenas; representantes do Ministério Público; do Conselho Tutelar da Zona Rural de Manaus; da Manauscult; da Coordenação Regional da FUNAI de Manaus; da Amazonastur; da SEMA; da SEMMAS; da Copime; da UEA/NEICAM; da SEMASC; da FEI; das agências de turismo; guias; dentre outros.

Figura 44 A e B - Audiência Pública acerca do ordenamento turístico das comunidades indígenas do baixo Rio Negro.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2019.

Um importante momento da audiência foi à fala dos líderes das referidas comunidades, ilustrado na figura 46. Todos expuseram os problemas vivenciados, bem como as demandas, também reiteraram a necessidade e o desejo de instituírem um acordo, a fim de minimizarem os impactos e conflitos presentes nos seus territórios, como em suas atividades.

Figura 45 - Líderes das comunidades indígenas.



Fonte: Arquivos NEICAM, 2019.

Destacamos três encaminhamentos decididos após as discussões na Audiência, os quais consideramos centrais no contexto do ordenamento do turismo. O primeiro em relação ao preço cobrado por apresentação cultural, ficando estipulado o preço mínimo de R\$10,00 (dez reais) por turista, decidido por unanimidade entre as lideranças, que seria aplicado a partir do início de julho de 2019. O segundo referente a regulamentação dos agentes do turismo, principalmente os pirangueiros, que teriam até fim de junho, para se regularizarem. O terceiro sobre a autorização para entrada nas Unidades de Conservação, cabendo a SEMA, Amazonastur, SEMMAS e Manauscult se reunirem para tratar da otimização das autorizações de entrada nas UCs.

Como parte das ações coletivas do GT, destacamos duas reuniões realizadas logo após a Audiência Pública, uma na SEMA e outra na Amazonastur. Durante essas reuniões foi discutido os preços cobrados pelas atividades turísticas ofertadas pelas comunidades, sendo a primeira que se trata publicamente sobre um assunto tão vital para romper com a exploração na qual estão submetidas as comunidades. Nessas reuniões, também foram apresentadas as diretrizes para que as empresas oficializem a entrada nos territórios protegidos, ou seja, os trâmites para solicitarem a entrada nas Unidades de Conservação, respeitando as regras de visitação.

Analisamos essas reuniões como um importante avanço rumo a implementação do Acordo de Visitação, vislumbrando-se com ele um cenário de mudança nas atuais relações entre os agentes do turismo e as comunidades

indígenas, marcadas no contexto atual por um turismo de exploração, utilitarista e, portanto, com impactos negativos, tanto para a cultura, quanto para o meio ambiente.

Desde o processo inicial de elaboração do Acordo de Visitação já era possível sentir seus impactos, pois durante nossas idas as comunidades fomos questionadas por alguns guias e pirangueiros, sendo perceptível o descontentamento, particularmente dos pirangueiros, que começavam a perceber as mudanças em curso.

Consideramos o **Acordo de Visitação** um instrumento emergencial, o qual deve ser aprimorado, rumo a construção de um **Plano de Visitação**, ou seja, um instrumento mais abrangente, envolvendo a região do Baixo Rio Negro como um todo, inserindo outros elementos e outra concepção sobre os processos de territorialização das comunidades indígenas nessa região.

No Acordo de Visitação infelizmente as comunidades não são reconhecidas como tais, sendo identificadas genericamente como “Núcleos Indígenas”, tendo reduzidas suas dimensões indenitárias e culturais. Provavelmente essa falta de reconhecimento se deva ao receio da criação de outras comunidades indígenas nas Unidades de Conservação.

Embora seja uma preocupação plausível, especialmente se considerarmos a forma como surgiram as quatro, ainda assim, é desconcertante vê-las reduzidas a condição de “núcleos”, pois pelo trabalho de campo realizado pelo Neicam, pela presença no cotidiano dessas comunidades, principalmente na aldeia Tuyuka e nas comunidades Cipiá e Tatuyo, verificamos relações socioculturais e ambientais estruturarem-se nas dinâmicas da vida comunitária, as quais não podem ser restritas a uma condição de “núcleo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estudo socioantropológico possibilitou conhecer as comunidades e a diversidade cultural presente nas duas RDSs (Tupé e Puranga Conquista). A composição do núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e das comunidades Cipiá e Tatuyo nos permitiu encontrar pluralidade étnica e linguística, portanto, uma riqueza cultural muito importante. Portanto, o foco nos inúmeros problemas encontrados nessas comunidades, principalmente relacionados ao turismo, não devem invisibilizar essa riqueza. Consideramos, então, que seja exatamente pelo viés do turismo o caminho para a promoção dessa diversidade cultural. Contudo, para que isso aconteça, é imprescindível o ordenamento do turismo e, isso inclui, mostrar a cultura como ela é de fato, não mediante uma imagem congelada no tempo do “índio” retratado no processo de colonização.

O ordenamento do turismo nos chamados “núcleos indígenas” também pressupõe considerar as relações sociais entre os indígenas entre si, as hierarquias, as divergências de interesses e mesmo as disputas de poder. Em outras palavras, pressupõe compreender as estruturas culturais e suas dinâmicas no mundo contemporâneo. No contexto da busca pelo ordenamento, resolver os conflitos ocasionados pela ação de outrem, no caso os pirangueiros, é uma condição *sine qua non*.

Observamos que os pirangueiros alimentam desavenças, colocam um grupo contra o outro, colocando-os na disputa por turista. Isso ocorre em todas as comunidades, decorrendo em conflitos, mas, sobretudo, no enfraquecimento da coletividade. Desde o primeiro desmembramento ocorrido em 2002 no grupo familiar indígena liderado pelos irmãos Desana, ainda na comunidade do Tupé, esse jogo de conflitos envolvendo agentes internos e externos já existia. Dezesesseis anos depois, permanecem os conflitos e tensões, agregado a isso, as limitações diárias, tanto em termos de espaço físico, como em termos de uso dos recursos naturais.

O turismo é, nessas comunidades, a única alternativa de renda, já que vivem quase que exclusivamente para receber turistas. Uma atividade com a qual era possível obter renda, tornou-se um “emprego”. A agricultura familiar é presente nas comunidades Cipiá, Tatuyo e aldeia Tuyuka, mas de forma tímida, pouco representativa, se comparada a atividade turística.

Ao turismo é atribuída a oportunidade de melhoria de vida, uma forma de fortalecimento e valorização da identidade, uma estratégia para manter a cultura indígena viva e atuante no mundo contemporâneo. Infelizmente, são reforçados entendimentos sobre a cultura indígena numa perspectiva romântica e/ou descontextualizada das dinâmicas de sua existência nos dias de hoje, reforçando os estereótipos e preconceitos em relação aos povos indígenas. Porém, pode-se perceber que os indígenas se apropriam e sustentam esse imaginário, pois acreditam que por esse caminho podem continuar tendo no turismo uma fonte de renda.

Nossa preocupação em relação ao “modelo de turismo” vivenciado pelas quatro comunidades, refere-se a presença de fortes elementos de um modelo capitalista. Pois nas negociações das apresentações culturais para os turistas acabam seguindo as “sugestões” de guias e pirangueiros, assim elas se tornaram “automáticas”, algo compreensível quando se têm que fazê-las diversas vezes ao longo do dia, todos os dias da semana. Portanto, sujeitos a exaustivas rotinas de trabalho. Desde as primeiras horas da manhã os indígenas se preparam para receber os turistas - fazem suas pinturas corporais e deixam suas vestimentas de apresentação a postos para a chegada de alguma embarcação que eles, na maioria das vezes, não sabem ao certo o horário, quantos visitantes serão, tampouco se realmente virão.

Nesse “modelo” são visíveis as relações de exploração, tanto externamente – nas relações entre os agentes do turismo (particularmente com o pirangueiro) e as comunidades; como internamente - no interior de cada uma das comunidades, nas relações dos moradores com os líderes. Em campo, a equipe do Neicam, encontrou resistência quando tentou obter informações sobre essas relações e sobre as temáticas a elas ligadas, sendo visível o desconforto das lideranças e o descontentamento dos moradores. Portanto, foi difícil apreender as informações sobre o número de operadoras, guias, pirangueiros atuantes em cada comunidade; a renda obtida; a divisão do pagamento; a divisão do trabalho; a contratação de indígenas para formarem novos pares nas apresentações culturais; dentre outros.

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2003.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas – SP: Alínea, 2002.

FOIRN/ISA. **Povos indígenas do Rio Negro: uma introdução a diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira**. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN; São Paulo:ISA, 2006.

GOMES, M. C. **Outros olhares sobre a questão indígena na Amazônia: cultura e identidade na realidade dos índios na cidade**. **Em Debate**. Rio de Janeiro. 2006.

ISA. **Instituto Socioambiental**, 2014. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/> / Acesso em: 20 de outubro de 2018.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Berhand, 1998

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010. 637páginas.



ANEXOS

ANEXO A - MINUTA DA RESOLUÇÃO Nº 01/2019 – CONSELHO GESTOR DELIBERATIVO DA RDS PURANGA CONQUISTA

Estabelece acordo de visitação para os núcleos indígenas que realizam apresentação de rituais aos visitantes na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PURANGA CONQUISTA, Portaria SDS/GS-182/14, usando de suas atribuições e CONSIDERANDO o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, Lei Complementar nº 53, de junho de 2007;

CONSIDERANDO o decreto nº. 30.873 de dezembro de 2010, o qual estabelece diretrizes para o uso público em Unidades de Conservação sob gestão da SEMA;

CONSIDERANDO os marcos normativos no indigenismo, a saber: a Instrução Normativa n. 01/PRES, de 29/11/1995, a Portaria n. 177/PRES, de 16/02/2006, o Decreto n. 7.747, de 05/06/2012 (PNGATI) e a Instrução Normativa n. 03/PRES, de 11/06/2015;

CONSIDERANDO o estudo socioantropológico realizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA);

CONSIDERANDO o parecer através do Ofício 197 de 08/06/2018 da Coordenação Regional da FUNAI de Manaus;

CONSIDERANDO que foi instituído um grupo de trabalho desde 2016 visando em conjunto com os indígenas dialogar sobre os problemas e potencialidades com vistas a construir um dispositivo que trate da qualificação da atividade turística na região e a melhoria da qualidade de vida dos indígenas;

CONSIDERANDO o resultado das oficinas participativas realizadas para construção do acordo para o regulamento da visitação turística nos núcleos indígenas;

Estabelece que:

1. As empresas e prestadores de serviços turísticos (guias, agências, operadores, pousadas, hotéis, canoieiros etc.) devem obrigatoriamente:
 - a) ter autorização do órgão gestor da RDS Puranga Conquista para realizar as visitas;
 - b) possuir e apresentar o CADASTUR sempre que solicitado;

- c) respeitar a normas, modos de vida e às formas que os indígenas apresentam as suas atividades rituais, como as suas vestimentas, os números de indígenas que realizam a apresentação, a forma como apresentam a sua trajetória, musicalidade, entre outras;
 - 2. No caso de filmagem e fotos para uso comercial, os responsáveis deverão ter autorização específica do órgão gestor;
 - 3. Os valores e a prestação dos serviços ofertados pelos núcleos indígenas aos visitantes deverão, obrigatoriamente, ser estabelecidos mediante acordo firmado pelas lideranças dos respectivos núcleos indígenas;
 - 4. Grupos de estudantes poderão pagar metade do valor do ritual de dança;
 - 5. As apresentações deverão conter as informações culturais;
 - 6. As empresas e prestadores de serviço que tiverem dúvidas, sugestões, críticas ou propostas devem encaminhar por escrito ao órgão gestor da UC a qual realizará a análise em conjunto com os indígenas;
 - 7. Os núcleos indígenas serão responsáveis pelo registro dos visitantes (dados a serem levantados: nome, idade, sexo, origem);
 - 8. O acordo fará parte do Plano de Gestão da RDS Puranga Conquista;
 - 9. Caberá à SEMA esclarecer para as empresas e prestadores de serviços informações sobre o acordo e vistoriar o cumprimento deste;
- Não é permitido:
- 10. Uso de bebida alcoólica nos horários e locais de trabalho pelos indígenas (durante a permanência dos grupos nas apresentações);
 - 11. Consumo de bebidas alcoólicas industrializadas pelos visitantes nos núcleos indígenas;
 - 12. Uso de drogas ilícitas;
 - 13. Exposição e uso de animais silvestres para visitantes;
 - 14. Entrada de visitantes nas moradias dos indígenas;
 - 15. Exposição das crianças o dia inteiro, devendo-se respeitar o horário da escola;
 - 16. Compra e venda de terras dentro das respectivas UC;
 - 17. Construção de novos núcleos indígenas que promovam a apresentação do mesmo tipo de ritual de dança;
 - 18. Expansão de áreas sem autorização do órgão gestor;
- Penalidades:
- 19. Caso descumpram as regras estabelecidas, sejam moradores indígenas ou empresas, prestadores de serviços, guias, agências, operadores, hotéis, pousadas, canoeiros etc., sofrerão:
 - a) Advertência verbal pelo órgão gestor;
 - b) Notificação pelo órgão gestor;

- c) Caso o interessado tenha sofrido as sanções anteriores e ainda persista no descumprimento das regras estabelecidas por este acordo, será levado ao Conselho Gestor Deliberativo da unidade de conservação para discussão e decisão quanto ao impedimento deste para o exercício da atividade.

Considerações Finais:

- 20. Os casos não previstos neste acordo e divergências deverão ser encaminhados ao Conselho Gestor Deliberativo da unidade de conservação para deliberação;
- 21. O acordo entrará em vigor por prazo indeterminado e será revisado e atualizado sempre que as partes envolvidas julgarem necessário;
- 22. Este acordo entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Manaus, XX de maio de 2019.

ANEXO B - MINUTA DA RESOLUÇÃO Nº 01/2019 – CD REDES TUPÉ

“Cria no âmbito do Órgão Municipal de Meio Ambiente o regulamento para a visitação turística nos núcleos indígenas localizados no território da REDES do Tupé”.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ – CDREDES TUPÉ, usando das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Resolução nº 040/2006 – COMDEMA de 18 de abril de 2006, e

CONSIDERANDO a necessidade de criar instrumentos que contribuam para regular a visitação turística em núcleos indígenas, localizados na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – REDES do Tupé, e para o desenvolvimento sustentável daquela unidade de conservação;

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.044, de 25 de agosto de 2005, que cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e seu artigo 4º, que dispõe sobre a administração da Reserva;

CONSIDERANDO o Decreto estadual de uso público nº 30.873 de 28/12/2010;

CONSIDERANDO os marcos normativos sobre promoção e proteção dos direitos indígenas, a saber: a Instrução Normativa nº 01/PRES, de 29/11/1995, a Portaria nº 177/PRES, de 16/02/2006, o Decreto nº 7.747, de 05/06/2012 (PNGATI), o Decreto nº 5.051, de 19.04.2004 que promulga a Convenção nº 169 da OIT, a Instrução Normativa nº 03/PRES, de 11/06/2015 e a manifestação favorável da Coordenação Regional da FUNAI de Manaus por meio do Ofício nº197 de 08/06/2018;

CONSIDERANDO o estudo socioantropológico realizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), bem como o Parecer Técnico nº 869/2018 – DPA/SPPEA referente ao ICP nº 1.13.000.000387/2017-47 do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o resultado das oficinas participativas realizadas para construção das diretrizes do regulamento da visitação turística nos núcleos indígenas;

CONSIDERANDO a deliberação na plenária do CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ – CDREDES TUPÉ, que aprovou o Regulamento para Visitação Turísticas nos núcleos indígenas da RDS

do Tupé.

RESOLVE:

Artigo 1º Criar no âmbito do órgão municipal de meio ambiente o Regulamento para Visitação Turística nos núcleos indígenas da REDES do Tupé.

Parágrafo I. Entende-se por núcleo indígena – grupo indígena pluriétnico que ocupa espaço territorial localizado na REDES do Tupé, devidamente autorizado pela comunidade onde está situado e reconhecido pela gestão dessa Reserva, para a prática de atividades inerentes à cultura indígena e ao turismo sustentável.

Parágrafo II. Entende-se por turismo sustentável – a modalidade de turismo que atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades, ao mesmo tempo em que evita ameaças econômicas, sociais e ambientais (WTO, 2004), ou seja, socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável.

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 2º Este regulamento, em acordo com a legislação vigente, estabelece regras gerais de utilização dos espaços dos núcleos indígenas, e de seu entorno, bem como qualquer instalação voltada para o uso público, de forma a contribuir para:

- a integridade dos ecossistemas abrangidos;
- a proteção integral da flora, da fauna e do patrimônio público;
- a integridade física dos visitantes e das populações residentes;
- a valorização cultural indígena e das demais populações tradicionais da REDES do Tupé;
- apoiar e incentivar a geração de trabalho e renda por meio do turismo sustentável voltado para a cultura indígena;
- estabelecer princípios éticos e justos que orientem o estabelecimento de preços dos serviços prestados aos visitantes;
- despertar o interesse dos usuários pelo conhecimento e por ações que visem a valorização e a proteção dos atributos socioambientais;
- o desenvolvimento do turismo sustentável na REDES do Tupé.

SEÇÃO II – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS

Artigo 3º Todos os prestadores de serviços turísticos devem respeitar os instrumentos legais e as tradições dos povos indígenas, expressas em suas atividades, apresentações de rituais, musicalidade, vestimentas e modos de vida.

Artigo 4º Todos os prestadores de serviços turísticos devem ter autorização do órgão gestor para o desenvolvimento da atividade turística na REDES do Tupé.

Artigo 5º Todos os prestadores de serviços turísticos que levam visitantes para os núcleos indígenas, devem apresentar o cadastro de pessoas físicas e jurídicas expedido pelo Ministério do Turismo, ou seja, Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) no momento da solicitação de autorização ao órgão gestor para o desenvolvimento da atividade turística na REDES do Tupé.

SEÇÃO III – DAS NORMAS GERAIS

Artigo 6º Os valores dos serviços turísticos ofertados pelos núcleos indígenas aos visitantes, deverão, obrigatoriamente, ser estabelecidos mediante acordo firmado pelas lideranças dos respectivos núcleos indígenas.

Parágrafo único. Tais valores servirão de parâmetro para o estabelecimento do valor mínimo a ser cobrado pelos núcleos indígenas aos prestadores de serviços turísticos.

Artigo 7º Cada grupo de visitantes pagará o valor estabelecido conforme determinado no Artigo 6º, previamente acordado entre o responsável pelo grupo de visitantes e a liderança de cada núcleo indígena.

Artigo 8º Grupos de estudantes poderão pagar metade dos valores, conforme legislação específica.

Artigo 9º O tempo mínimo de apresentação do ritual indígena será de 30 minutos.

Artigo 10º Os núcleos indígenas deverão fazer o registro dos visitantes, contendo obrigatoriamente as seguintes informações: nome, idade, sexo, origem, data e motivo da visita, nunca descartando esses registros, mas entregando os mesmos anualmente ao órgão gestor.

SEÇÃO IV – AÇÕES PROIBIDAS

Artigo 11 Para atender aos objetivos de proteção da REDES do Tupé, durante as atividades turísticas nos núcleos indígenas, FICA PROIBIDO:

- a) Uso de bebida alcoólica industrializada;
- b) Uso de drogas ilícitas;
- c) Exposição e utilização de animais silvestres;
- d) Que os grupos de visitantes acessem locais tais como as áreas de moradias e os locais considerados sagrados, sem a devida autorização dos indígenas;
- f) Participação de menores de idade dos núcleos indígenas no desenvolvimento das atividades turísticas o dia inteiro, devendo-se respeitar o horário escolar;
- g) Causar poluição de qualquer natureza no ar, no solo e nos cursos d'água da REDES do Tupé e seu entorno;
- h) Danificar placas e demais elementos de sinalização, barracas, lixeiras ou quaisquer outras estruturas do patrimônio público existentes;
- i) Remover, levar, ou comercializar todo e qualquer material proveniente dos recursos naturais da fauna, flora, minerais e achados arqueológicos, ressalvado o material da flora utilizado em artesanato;
- j) Destruir ou danificar a vegetação local, inclusive afixar placas e pendurar objetos nos arbustos e árvores;
- k) Utilizar aparelhos sonoros e/ou amplificadores de som;
- l) Formação de novos núcleos indígenas, a partir da vigência deste regulamento.

SEÇÃO V – RESPONSABILIDADES DO ORGÃO GESTOR

Artigo 12 São responsabilidades do órgão gestor:

- a) Monitorar periodicamente as atividades turísticas desenvolvidas pelos núcleos indígenas e prestadores de serviços turísticos;
- b) Articular o apoio de instituições técnico-científicas e da sociedade civil organizada.
- c) Promover a divulgação das atividades turísticas;
- d) Expedir autorização aos prestadores de serviços turísticos.

SEÇÃO VI – DO DESCUMPRIMENTO DAS REGRAS

Artigo 13 Caso haja descumprimento das regras estabelecidas neste regulamento, por parte dos núcleos indígenas ou dos prestadores de serviços turísticos deverá:

- a) Haver notificação dos envolvidos, pelo órgão gestor.
- b) Havendo reincidência no descumprimento, os envolvidos poderão ser impedidos de realizar a atividade, mediante decisão do Conselho Deliberativo da REDES do Tupé.

SEÇÃO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 14 As diretrizes desta Resolução serão complementares as já estabelecidas no Plano de Gestão da REDES do Tupé.

Artigo 15 Os núcleos indígenas e as demais populações tradicionais da REDES do Tupé, devem participar efetivamente da gestão e dos processos de educação ambiental desenvolvidos, inclusive monitorando as ações de degradação do meio ambiente, denunciando quaisquer infrações que contrariem o fiel cumprimento deste regulamento.

Artigo 16 Os casos não previstos neste regulamento deverão ser encaminhados ao Conselho Deliberativo da REDES do Tupé.

Artigo 17 Este regulamento entra em vigência na data de sua publicação e somente poderá ser alterado por decisão do Conselho Deliberativo da REDES do Tupé.

Plenária do Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, em Manaus, 20 de março de 2019.

MARCO ANTÔNIO VAZ DE LIMA
Presidente do Conselho Deliberativo da REDES do Tupé

